

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO

2011/2012



TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL

**CPLP: A AÇÃO DO BRASIL E DE PORTUGAL EM
ÁFRICA**

O TEXTO CORRESPONDE A UM TRABALHO ELABORADO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO NO IESM, SENDO DA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS / GUARDA NACIONAL REPUBLICANA

Rui Fernandes

MAJ CAV



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

CPLP: A AÇÃO DO BRASIL E DE PORTUGAL EM ÁFRICA

MAJ CAV Rui Fernandes

Trabalho de Investigação Individual do CEM-C 2011/12

Lisboa - 2012



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

CPLP: A AÇÃO DO BRASIL E DE PORTUGAL EM ÁFRICA

MAJ CAV Rui Fernandes

Trabalho de Investigação Individual do CEM-C 2011/12

Orientador: Maj Renato Pinheiro

Lisboa – 2012



Agradecimentos

As minhas primeiras palavras de agradecimento são para os meus camaradas de curso que pelo seu apoio constante auxiliaram na elaboração deste trabalho.

Ao Major Bernardino, pelas suas orientações e permanente disponibilidade; ao Major Pinheiro que como orientador deste trabalho sempre demonstrou grande profissionalismo e vontade de ajudar nas dificuldades que foram surgindo ao longo do tempo.

A todos os restantes camaradas que, direta ou indiretamente, sempre me transmitiram força de vontade para conseguir atingir os meus objetivos na elaboração deste trabalho e para o curso como um todo.

À minha família, Vânia, Tomás, Gonçalo e o que vem a caminho, pela paciência que tiveram ao longo deste tempo todo, estando sempre presentes em todos os momentos, suportando a minha ausência durante este ano e meio da melhor forma possível, transmitindo-me um apoio incondicional.

A todos o meu sincero muito obrigado.

**Índice**

Resumo.....	V
Abstract	VI
Palavras-Chave	VII
Lista de Abreviaturas e Acrónimos.....	VIII
Introdução	1
Introdução ao tema e definição do contexto em que o estudo se desenvolve..	1
Justificação do Tema	2
Enunciado do Tema	2
Objeto da Investigação e sua Delimitação	2
Objetivo da Investigação	3
Questão de Partida, Questões derivadas e Hipóteses	3
Proposta de Metodologia.....	4
Organização do estudo (estrutura e conteúdo)	4
1. A Comunidade de Países de Língua Portuguesa.....	6
a. Nota Introdutória	6
b. Comunidade de Países de Língua Portuguesa	6
c. Objetivos e organização da CPLP	7
d. A Componente de Defesa da CPLP	10
e. Síntese Conclusiva	12
2. Estratégia da CPLP no âmbito da Defesa.....	15
a. Nota Introdutória	15
b. A CPLP e a relação com as Organizações Regionais Africanas	16
c. A CPLP na prevenção e gestão de conflitos	17
d. A componente de Defesa da CPLP e a sua intervenção em África.....	19
e. A Cimeira da Década e a perspectiva dos PALOP da CPLP.....	20
f. Síntese Conclusiva	23
3. Estratégia do Brasil e de Portugal para os PALOP no Âmbito da CPLP ...	26
a. Nota Introdutória	26
b. Estratégia do Brasil	26
c. Estratégia de Portugal	30
d. Síntese conclusiva	32



4. Programas de Cooperação do Brasil e de Portugal com os PALOP	34
a. Nota Introdutória	34
b. Brasil e a Cooperação com os PALOP	35
c. Portugal e a Cooperação com os PALOP.....	37
(1) Cooperação Técnico Militar Portuguesa	37
(2) Cooperação Trilateral Portuguesa	39
d. Síntese Conclusiva	40
Conclusões	43
Bibliografia.....	47
Anexos.....	53

Anexos:

Anexo A – Corpo de Conceitos.....	A-1
Anexo B – Programas Quadro da Cooperação Técnico - Militar com os PALOP (em suporte informático).....	B-1

Índice de Figuras:

Figura 1 - Localização dos Países da CPLP	7
Figura 2 – Evolução da Componente de Defesa da CPLP	9
Figura 3 – Conflitos em África – 2009	17

Resumo

A história do nosso planeta transmite-nos que sempre existiram múltiplos acordos entre os povos por forma a permitir obter dividendos que de outra forma não seriam possíveis.

As razões foram várias, desde a económica até à territorial, passando pelas sociais.

Atualmente mantém-se tudo da mesma forma, pois continuam a fazer-se acordos por forma a obterem-se benefícios perante os outros que se nos apresentam, seja como adversários, parceiros ou concorrentes.

Uma das formas para que se atinjam os objetivos propostos é através da realização de acordos/ligações com quem tem mais em comum connosco (cultura, língua, proximidade, etc...).

A maneira de ser dos povos de um modo geral depende sempre das suas origens e muito da forma de dialogar entre eles. Sem dúvida alguma a Língua é e será sempre um fator de grande relevo no entendimento entre os povos, apesar de não ser o único aspeto a ter em consideração.

A Língua portuguesa une muitos países a nível mundial, pelas descobertas que foram feitas e pela ocupação dos países descobertos, unindo assim quatro continentes, para além da presença da diáspora portuguesa que consegue estar em todas as regiões.

Foi perante esta ótica que surgiu a organização da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, que comporta consigo uma história importante e que ao mesmo tempo suporta uma conflitualidade muito peculiar.

A formação de uma organização desta envergadura não foi fácil e para se manter ativa têm que ser aumentados os laços fortes de entreajuda, principalmente no que diz respeito à defesa dos seus interesses individuais ou coletivos.

Portugal e o Brasil têm uma importância reconhecida no contexto mundial o que pode ter algum relevo nas decisões que são tomadas diariamente por quem detêm o poder no mundo.

Temos que perceber se as políticas de defesa desses dois países vão de encontro aos objetivos da Comunidade e se podem ser consideradas concorrentes e em prol do conjunto.

Abstract

Our planet history tells us there were always multiple agreements between peoples in order to allow profits not possible to obtain through other means.

There were many reasons such as economical, territorial and social ones.

Today it remains the same way, in the way those agreements are still made in order to get benefits from others whether they are opponents, partners or competitors.

One way to reach the proposed goals is to make arrangements/connections with those who have more in common with you (culture, language, geographical proximity, etc...).

Generally the people's way of being/acting depends on its origins and in a great part on the way they communicate with each other. There is no doubt language is, and always will be, a big issue in the understanding between people, although it is not the only issue to have in consideration.

Portuguese language joins many countries all over the world, because of the discoveries made and the occupation of those territories, putting together the four continents in addition to the Portuguese Diaspora presence in all of those continents.

It was towards this reality that was built the organization “Comunidade de Países de Língua Portuguesa – CPLP”, which involves an important history and at the same time handles a very peculiar confluency.

The frame of such a scale organization was not easy and in order to keep it in action, the mutual bond has to be increased; mainly on what concerns to individual or collective defense interests.

Portugal and Brazil are recognized in the world context as important role players, what may have relevance on decisions made every day by those who have power in the world.

We must understand if those two countries defense policies go against the community goals and if they can be considered concurrent and in favor of the organization.



Palavras-Chave

- CPLP;
- Brasil;
- Portugal;
- Defesa;
- PALOP.

**Lista de Abreviaturas e Acrónimos**

ACSS	African Center for Strategic Studies
ASEAN	Association of Southeast Asian Nations
ASF	African Standby Force
BRIC	Brasil, Rússia, Índia e China
CAE	Centro de Análise Estratégica
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CEDN	Conceito Estratégico de Defesa Nacional
CEEAC	Comunidade Económica dos Estados da África Central
CEMGFA`s	Chefes de Estado Maior das Forças Armadas
CPLP	Comunidade de Países de Língua Portuguesa
CTM	Cooperação Técnico Militar
DGPDN	Direção Geral de Política de Defesa Nacional
END	Estratégia Nacional de Defesa
FA	Forças Armadas
FMI	Fundo Monetário Internacional
H	Hipótese
IILP	Instituto Internacional de Língua Portuguesa
MBCTM	Missão Brasileira de Cooperação Técnico-Militar
MDN	Ministério de Defesa Nacional
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
MRE	Ministério de Relações Exteriores
NU	Nações Unidas
OEA	Organização dos Estados Americanos
OCDE	Organization for Economic Co-operation and Development
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milénio
OI	Organizações Internacionais
ONU	Organização das Nações Unidas
ORA	Organizações Regionais Africanas
OTAN	Organização do Tratado Atlântico Norte
OUA	Organização da Unidade Africana
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa



PAMPA	Programa de Apoio a Missões de Paz em África
Paed	Plano de Articulação e Equipamento da Defesa
PCDD	Protocolo de Cooperação no Domínio da Defesa
QD	Questão Derivada
QP	Questão de Partida
RECAMP	Renforcement des Capacites Africaines de Maintien de la Paix
SADC	Southern African Development Community
SPAD	Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa
SI	Sistema Internacional
SPI	Sistema Político Internacional
UA	União Africana
UE	União Europeia
UEMOA	União Económica e Monetária do Oeste Africano
UNASUL	União da Nações Sul-Americanas
ZOPACAS	Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

Introdução

Introdução ao tema e definição do contexto em que o estudo se desenvolve

A história mundial está repleta de acontecimentos sobre a temática da defesa, seja individual ou coletiva, e que muitas vezes nos transmitem as razões que levaram à existência de uniões entre os grupos para se defenderem de outros.

Algumas dessas uniões surgiram após a existência de divergências entre os elementos que passaram então a constituir uma coligação para fazer frente a algo.

A existência da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) é um desses acontecimentos em que, existiram divergências entre os países constituintes da mesma e após serem alguns ultrapassados surgir a união entre os mesmos.

Inicialmente pode-se dizer que a união teve como principal “razão” a divulgação da língua e da cultura comum (o português) que todos os países que constituem a CPLP falam. Nos dias atuais podemos dizer que essa razão continua a existir, porém surgiram outras que fizeram com que a coligação se mantivesse e que abrangesse outros assuntos para os quais a comunidade se tem que empenhar para atingir os seus objetivos.

Com o fim da Guerra Fria, com os acontecimentos do 11 de setembro de 2001 e principalmente com os conflitos existentes em África, surgiu a necessidade da CPLP se unir no plano da segurança e defesa para fazer face a possíveis desafios nesse campo.

Como cinco dos países que fazem parte da comunidade estão situados no continente africano e atendendo a que mesmo internamente estão a surgir conflitos, como é o caso na Guiné-Bissau, a ação da CPLP tem que ser muito ativa no plano da defesa para conseguir que todos sintam que estão a trabalhar para uma segurança conjunta e permanente, unindo esforços para o conseguir.

Portugal e o Brasil como países com alguma importância mundial, seja pelas suas coligações com outros atores do Sistema Internacional (SI), ou pelo seu desenvolvimento têm um papel de relevo na comunidade e que perante as suas ações podem ajudar, influenciar e mesmo impedir que surjam perigos para a segurança dos países constituintes da CPLP, principalmente para os Países Africanos da Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

Justificação do Tema

“No contexto de uma nova ordem internacional uni-multipolar¹ e onde a globalização tem aumentado a interdependência entre os vários atores do sistema internacional, Brasil e Portugal têm desenvolvido relações externas de segurança e defesa, tanto de uma forma multilateral, como bilateral, sendo o principal esforço da cooperação, no caso de Portugal, dirigido para os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa” (Dias da Costa, 2011, p. V).

Este novo quadro de segurança e defesa mundial determinou uma nova postura para o Brasil e Portugal, com as relações externas a continuarem a ser influenciadas pelo tradicional atlantismo, sem nos podermos esquecer da importância cada vez maior das relações com o mundo lusófono.

Com base no protocolo de Cooperação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa no Domínio da Defesa assinado em 2006 pretendemos analisar qual a estratégia da CPLP e os papéis do Brasil e de Portugal para o continente Africano, neste domínio relativamente aos PALOP.

Enunciado do Tema

É no contexto explanado anteriormente que nos surge o tema ora proposto, ou seja, a CPLP – a ação do Brasil e de Portugal em África. Neste sentido, reconhecemos, a existência de uma interação contínua entre os países pertencentes à CPLP com interesses comuns em todas as vertentes, desde 2001 na vertente da Defesa (oficialmente), em que Portugal e o Brasil têm um papel muito importante.

No que diz respeito ao continente africano, onde estão incluídos os PALOP, a probabilidade de surgirem conflitos internos é elevada. Deste modo, pretendemos perceber qual a estratégia dos países componentes da CPLP na vertente de Defesa e qual o papel que o Brasil e Portugal deverão ter no que diz respeito aos PALOP, e quais as suas estratégias.

Objeto da Investigação e sua Delimitação

O objeto do estudo é o relacionamento do Brasil e de Portugal num quadro de cooperação na CPLP em matérias de defesa, procurando-se com esta investigação verificar qual a forma de cooperação que Brasil e Portugal devem adotar para África.

¹Segundo Samuel P. Huntington um sistema uni-multipolar significa duas coisas: «...First, with respect to major international issues, the single superpower is usually able to veto the actions of combinations of other major power. Second, the single superpower can resolve key international issues only in cooperation with some of the other major states...» (Huntington, 2003, pag 8)

Face à abrangência do tema, o estudo encontra-se delimitado aos mecanismos no domínio da defesa existentes na CPLP, e as estratégias e interesses de Portugal e do Brasil, sendo o enfoque deste estudo os PALOP.

Objetivo da Investigação

O objetivo da investigação é aferir os mecanismos existentes na CPLP no que diz respeito à Defesa. Determinar quais as estratégias e programas do Brasil e de Portugal para África, no quadro da CPLP, e se as mesmas são convergentes.

Questão de Partida, Questões derivadas e Hipóteses

Para o desenvolvimento de presente trabalho de investigação e com o propósito de atingirmos o objetivo da mesma, temos como “princípio” orientador a seguinte Questão de Partida (QP):

QP: Quais as principais linhas de ação estratégica na vertente da Defesa, adotadas pelo Brasil e por Portugal, para o continente Africano, no contexto da CPLP?

Para alcançarmos o nosso objetivo, sempre orientados pelo mesmo princípio, propomo-nos responder às seguintes Perguntas Derivadas:

QD1 – Estão os mecanismos de cooperação na área de Defesa existentes na CPLP orientados para fazer frente a conflitos no continente africano?

QD 2 – Quais as estratégias do Brasil e de Portugal para África no âmbito de defesa na área de interesse da CPLP?

QD 3 – Os programas de cooperação Portugal e do Brasil em África, na área de interesse da CPLP, no que diz respeito à Defesa, são proficientes?

Colocámos as seguintes Hipóteses como possíveis respostas/ideias:

H 1 – A Estratégia da CPLP no âmbito da defesa contribui para que os PALOP consigam resolver os seus problemas internos e externos no âmbito da defesa do território.

H 2 - A participação de Portugal e do Brasil no âmbito da Defesa na CPLP, permite intensificar a sua importância ao nível mundial e contribui para os objetivos definidos pela Política Externa para África.

H 3 – Portugal e o Brasil têm vantagens em manterem e mesmo aumentarem a sua cooperação nos programas de defesa com os PALOP.

Proposta de Metodologia

Quanto ao percurso metodológico, seguiremos a abordagem proposta por Quivy & Campenhoudt (2008), aplicando o método hipotético-dedutivo².

No que concerne às fontes, propomo-nos recorrer essencialmente a documentos oficiais, tanto nacionais como dos países pertencentes à CPLP, principalmente do Brasil. Para recolha de informação, recorreremos também a entrevistas de alguns membros de estruturas nacionais, nomeadamente no Ministério da Defesa Nacional (MDN), mais concretamente na Direção Geral de Política de Defesa Nacional (DGPDN), no Estado-Maior General das Forças Armadas (EMGFA), no Secretariado Executivo da CPLP, junto do Adido de Defesa do Brasil em Portugal. Propomos também entrevistar autores e investigadores que estudaram sobre o tema Segurança e Defesa na CPLP.

Organização do estudo (estrutura e conteúdo)

Com base na metodologia utilizada vamos tentar validar as hipóteses por nós apresentadas por forma a responder à Questão de Partida nas conclusões.

Para isso organizámos o nosso estudo em 5 capítulos.

No primeiro capítulo vamos apresentar a CPLP, a sua génese, referindo quais foram são os objetivos para os quais a organização está orientada, com que organização irá atingir esses objetivos e por fim qual o papel da componente de defesa no seio da organização.

No segundo capítulo vamos transmitir qual o papel da CPLP em África, em que medida os países pertencentes à comunidade podem utilizar as suas ligações com outras organizações por forma a elevarem a importância da organização no ambiente africano. Quais as ligações da CPLP com organizações africanas e de que forma a componente de defesa da Comunidade tem sido utilizada na prevenção de conflitos no continente africano, e quais as perspectivas dos PALOP relativamente à CPLP.

No terceiro capítulo vamos referir quais as estratégias de Política de Defesa nacionais que o Brasil e Portugal têm para a CPLP. Qual a visão que os governos destes dois países têm relativamente à CPLP e em que medida pretendem utilizar a mesma por forma a atingirem os objetivos nacionais e da organização.

No quarto capítulo vamos apresentar as cooperações que existem no âmbito da defesa entre os PALOP, Portugal e o Brasil, tentando perceber que linhas orientadoras

² Método em que se reúne um postulado de conceitos e que pelo levantamento de hipóteses se chega aos fatos que se pretendem demonstrar (Quivy & Campenhoudt, 2003, 144-145)



estão na origem das mesmas, e se são bilaterais, trilaterais ou multilaterais, tentando perceber se são convergentes ou não.

No quinto e último capítulo faremos a análise da problemática apresentada nos capítulos anteriores de forma a validarmos ou não as hipóteses por nós apresentadas para cada Questão derivada, com o objetivo de conseguirmos obter uma resposta para a nossa Questão de Partida, com a finalidade de verificarmos se o estudo por nós desenvolvido conseguiu atingir o objetivo do mesmo.

É utilizada a referência automática do *Microsoft Word*, estilo *Harvard-Anglia*.

1. A Comunidade de Países de Língua Portuguesa

a. Nota Introdutória

A aventura dos Descobrimentos Marítimos e a descoberta de novos mundos por Portugal deixaram marcas por todo o globo, salientando-se a aculturação e o legado da língua. A história e língua comuns deram corpo à ideia de uma comunidade que pudesse juntar os países que se inscrevem nestas condições. Pode-se considerar o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), criado em 1989 durante a primeira Cimeira dos Chefes de Estado do Brasil, Portugal e dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), como a primeira instituição concebida dentro do espírito da CPLP.

“A CPLP é um projeto grandioso, no qual estão empenhados os oito países lusófonos, que constituem uma família de aproximadamente 230 milhões de pessoas, cada um ligado por sua vez a outros grandes espaços institucionalizados, assistindo-se por vezes à existência de contradições de conceitos estratégicos e interesses” (Cardoso, et al., 2004, p. 2).

Temos que conhecer as ideias que deram origem à existência da Comunidade para depois conseguirmos verificar se as ações adotadas pelos Estados membros que fazem parte desta, têm sido coerentes com as mesmas e com os respetivos estatutos que foram ao longo do tempo assinados, e se a própria organização como um todo, tem conseguido atingir os objetivos propostos por todos no âmbito da defesa.

b. Comunidade de Países de Língua Portuguesa

“A CPLP é o foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua e da cooperação entre os seus membros e inscreve-se num conjunto expressivo de instituições internacionais definidas pela diplomacia como alianças de geometria variável, ou seja, associações abertas e não excludentes entre países com objetivos afins. O processo ganhou impulso decisivo quando, reunidos pela segunda vez em Fevereiro de 1994, em Brasília, os sete Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores acordaram recomendar aos seus Governos a realização de uma Cimeira de Chefes de Estado e de Governo com vista à adoção do ato constitutivo da CPLP. Houve diversas reuniões a partir desta data. O resultado desse trabalho encontra-se consolidado em dois documentos, adotados na Cimeira: a Declaração Constitutiva da CPLP e os seus Estatutos Provisórios” (Cardoso, et al., 2004, p. 3).

Após vários adiamentos, os sete Ministros voltaram a reunir-se em Junho de 1995, em Lisboa, tendo reafirmado a importância para os seus países da constituição da CPLP, e

reiterado os compromissos assumidos na reunião de Brasília. Nessa ocasião, validaram o trabalho realizado pelo Grupo de Concertação Permanente (que passou a denominar-se Comité de Concertação Permanente) e acordaram em recomendar a marcação da Cimeira para o final do primeiro semestre de 1996, em Lisboa, fazendo-a preceder de uma reunião ministerial em abril do mesmo ano, em Maputo. Sendo criada em 17 de julho de 1996, a CPLP goza de personalidade jurídica e é dotada de autonomia financeira.

A sua sede está localizada em Lisboa, mais recentemente no Palácio do Conde de Penafiel, sendo constituída por oito países: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé, e Timor-Leste (Figura 1).



Figura 1 - Localização dos Países da CPLP (Fonte: Gaznot.com)

“Como salientou o Professor Doutor Adriano Moreira numa entrevista em 2006, ao longo da sua existência, a CPLP vem assumindo uma “postura global em que o seu campo de intervenção é muito mais abrangente e a relevância e pertinência da sua ação muito maior”, contribuindo para a sua afirmação global, como organização, bem como dos seus Estados-membros” (Bernardino, 2008, p. 174).

c. Objetivos e organização³ da CPLP

A existência de uma organização em que todos os países falassem a mesma língua foi sem dúvida a grande razão para a formação da CPLP, contudo houve necessidade,

³ Artigo 3º- Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

como em todas as instituições ou organizações, de se estipular quais os objetivos para os quais iriam direcionar os seus esforços estratégicos e qual a organização que inicialmente teria a CPLP para se conseguirem atingir os mesmos.

Surgiram então os Estatutos da CPLP, que ao longo dos anos têm sofrido algumas alterações onde entre muitos assuntos são descritos os objetivos e a organização da CPLP.

Os objetivos da CPLP passam pela:

- Concertação política - diplomática entre os seus Estados-Membros em matéria de relações internacionais, nomeadamente para o reforço da sua presença no cenário internacional;
- Cooperação em todos os domínios, particularmente os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social;
- Materialização de projetos de promoção e difusão da Língua Portuguesa.

A estes três grandes principais objetivos pode-se acrescentar, como domínio prioritário e que tem vindo assumir grande dinamismo, o da Cidadania e da Livre Circulação de Pessoas no espaço da CPLP.

Por meio da Comunidade, os seus membros pretendem empreender, conjuntamente, iniciativas voltadas para a promoção do desenvolvimento dos seus povos, a afirmação e divulgação crescente da Língua Portuguesa e o reforço da presença dos oito no cenário internacional demonstrando preocupação na área da Prevenção e Gestão de Conflitos.

Apoiados nos Estatutos da Comunidade, os Ministros de Defesa criaram o Fórum dos Ministros da Defesa, o Fórum dos Chefes de Estado-Maior-General das Forças Armadas, o Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa (SPAD), o Centro de Análise Estratégica (CAE), o Programa Anual de Exercícios Multinacionais, o Programa Anual de Intercâmbio no domínio da Formação Militar e o Programa de Exercícios Militares Conjuntos e Combinados da série FELINO, considerados como “vetores fundamentais para a afirmação da CPLP como instrumento ativo para a paz e segurança”⁴ (Figura 2).

⁴ Declaração Final da VI Reunião de Ministros da Defesa da CPLP. S. Tomé 27 e 28 de Maio de 2003.

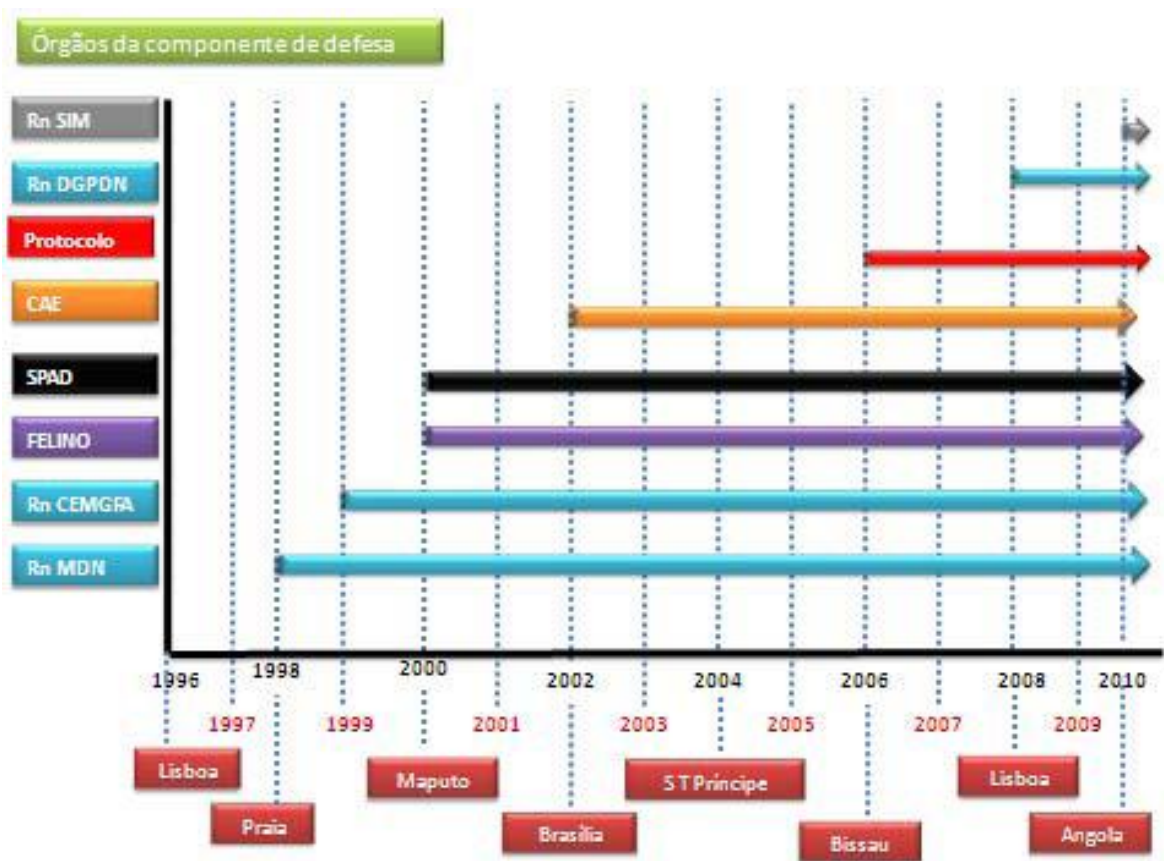


Figura 2 – Evolução da Componente de Defesa da CPLP (Fonte: (Leal, 2010, pp. Apd 4-1))

O SPAD de acordo com o normativo tem como missão⁵ “ Estudar e propor medidas concretas para a implementação das ideias de cooperação multilateral, identificadas no quadro da Globalização”. É composto por um Núcleo Permanente, cuja constituição é assegurada pelo Ministério da Defesa Nacional de Portugal, com a seguinte estrutura: Coordenador, Diretor-geral de Política de Defesa Nacional; Órgão de Apoio, Departamento de Cooperação Técnico-Militar da DGPDN; Componente Militar, um a dois representantes dos CEMGFA das Forças Armadas (FA).

O Centro de Análise Estratégica para os Assuntos da Defesa da CPLP. (CAE/CPLP) – órgão de cooperação no domínio da defesa visa a pesquisa, o estudo e a difusão de conhecimentos no domínio da estratégia com interesse para os objetivos da Comunidade.

Neste projeto, estão envolvidos todos os Estados membros através dos Núcleos Nacionais do CAE/CPLP, cuja informação converge no CAE, com sede em Maputo. Materializando as decisões tomadas, foram lançadas bases (com recursos humanos e

⁵Capítulo I, Art.º 1º (missão) do normativo do SPAD

materiais) para o ensaio que visa analisar e discutir o tema “O papel da CPLP na Prevenção e Gestão de Conflitos”.

Como órgãos permanentes, que sustentam o seu funcionamento, temos:⁶

A Conferência dos Chefes de Estado e de Governo - É a instância mais alta de decisão da CPLP, tendo como competências a definição e orientação da política geral e das estratégias da CPLP.

O Conselho de Ministros – que é constituído pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros e Relações Exteriores dos oito Estados membros, tendo como competências mais importantes, a coordenação das atividades da CPLP, a supervisão, o funcionamento e o desenvolvimento da CPLP e a aprovação do seu orçamento. Um aspeto importante a realçar é o facto de as decisões do Conselho de Ministros serem tomadas por consenso.

Comité de Concertação Permanente - é constituído por um representante de cada um dos Estados membros, sendo estes habitualmente, os Embaixadores dos Estados membros em Lisboa, e o responsável pelos temas da CPLP no Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal.

Secretariado Executivo - é o órgão da CPLP encarregue de implementar as decisões da Conferência de Chefes de Estado, do Conselho de Ministros e do Comité de Concertação Permanente. Cabe ao Secretariado planificar e assegurar a execução do programa de atividades da CPLP, organizar e participar das reuniões dos vários órgãos da CPLP e ainda responder pelas finanças e pela administração geral da Organização.

d. A Componente de Defesa da CPLP

“Como “as ameaças globais e transversais aos Estados modernos, a resposta aos conflitos carecem atualmente de respostas múltiplas, articuladas e de dimensão maior”(Ramalho, 1999), as organizações foram “obrigadas” a inclui-las nas suas agendas para a cooperação, reformulando os seus objetivos e estratégias e criando órgãos que se ocupam dessa vertente (Moreira, 2002)” (Bernardino, 2007, p. 42).

“A CPLP representa um espaço estratégico de inserção dos PALOP, num quadro que une politicamente os continentes, europeu – americano – africano – oceânico e também organizações como a União Europeia (UE) – Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) – União Africana (UA) – Organização dos Estados Americanos (OEA), congregados pela mesma língua, cultura e cooperação política, que poderá ainda configurar

⁶ Artigo 7º (Órgãos) - Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

instrumentos que efetivem um diálogo mais ativo com a Organização das Nações Unidas (ONU), no domínio da prevenção de conflitos e do *state building* (Ferreira, 2005, p. 153).

“Até à data, podemos distinguir, de forma clara, três fases no desenvolvimento da componente da cooperação militar ao nível dos países lusófonos. A primeira fase desta cooperação inicia-se com o reatamento de relações diplomáticas com os PALOP, após a descolonização. Nesta fase, o sistema de cooperação português foi esboçado aquando da criação do Gabinete Coordenador para a Cooperação, em 1974. Sem qualquer estudo que o fundamentasse, o sistema de cooperação evoluiu de forma empírica com um grande ativo de acordos e declarações mas, também, com um grande passivo de realizações. A cooperação técnico-militar teve início em 1978, com grande moderação, não só por razões de proximidade da data de independência, como também por não terem sido logo definidas todas as áreas que a cooperação poderia abranger. Após a criação do Departamento de Cooperação Técnico-Militar, a funcionar na Direção Geral de Política de Defesa Nacional do Ministério da Defesa Nacional, a cooperação passou a desenvolver-se de uma forma coordenada e programada segundo um esquema de programas-quadro⁷” (Cardoso, et al., 2004, p. 15).

“Posteriormente, a partir de uma cimeira de Ministros da Defesa, em 1998, caminhou-se para uma nova fase, à qual está subjacente o conceito de «globalização da cooperação militar», em que se assistiu a um aprofundamento das relações de cooperação mas num quadro de multilateralismo” (Bernardino, 2007, p. 130).

No Programa do XVII Governo, no capítulo respeitante à Segurança e Defesa, é de notar que a importância da CPLP deverá ser acentuada para, nomeadamente, reforçar a sua dimensão de defesa; desenvolver a cooperação de Defesa, militar e não militar, numa base solidária, profissional e de respeito mútuo pela individualidade dos Estados; intensificar a cooperação multilateral no âmbito da CPLP, de forma a contribuir para a valorização do conjunto dos países de língua portuguesa ao nível das Nações Unidas; e, intensificar as relações bilaterais entre Portugal e os Estados lusófonos⁸.

Estas iniciativas ganharam um novo impulso com a assinatura, em 2006, pela maioria dos países desta Comunidade, do Protocolo de Cooperação no Domínio da Defesa

⁷Por tudo, veja-se SACCHETTI, António Emílio Ferraz; GRAÇA, Pedro Borges; SARAIVA, Maria Francisca Gil — A cooperação técnico-militar no âmbito da CPLP. In MOREIRA, Adriano, coord. — Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: cooperação. [1ª ed.].Coimbra: Livraria Almedina, 2001, p. 218-226.

⁸Programa do XVII Governo Constitucional, p. 156.

(PCDD), tendo em vista o reforço das capacidades que possam contribuir para a segurança e o desenvolvimento dos países lusófonos.

“Este ato simbólico e vital para a evolução da componente de Defesa no quadro dos objetivos da CPLP, representa não só a consolidação do caminho percorrido no passado, como o estabelecimento de outros níveis de ambição para o futuro. As reuniões ao nível dos CEMGFA passaram a decorrerem em paralelo com as reuniões ministeriais, que para além de analisar numa perspetiva militar conjunta, as propostas e desenvolvimentos do pilar da Defesa, passava a integrar a vertente doutrinária, operacional e logística da execução dos exercícios militares da série FELINO, que lhes passou a estar por inerência acometido” (Bernardino, 2007, p. 56).

Mais recentemente (Março de 2010), durante a Iª reunião dos Ministros dos Assuntos do Mar da CPLP, foi aprovada a Estratégia da CPLP para os Oceanos, na qual uma das ações a promover será a de “...identificação de áreas estratégicas de interesse comum aos Estados membros da CPLP no âmbito da segurança e vigilância marítima, nomeadamente com o objetivo de estabelecer requisitos...”⁹.

No entanto este projeto encontra-se numa fase de amadurecimento, não tendo evoluído muito no que diz respeito a cooperações bilaterais ou multilaterais, no entanto é com alguma perspetiva que os países membros da organização estão empenhados no desenvolvimento deste protocolo, principalmente o Brasil no que diz respeito ao Atlântico Sul.

e. Síntese Conclusiva

A CPLP é uma organização que desde 1996 - juntou os povos lusófonos e que tem a língua e a cultura como base, evoluindo rapidamente nos domínios de cooperação, nomeadamente criando a partir de 2002, a componente de Defesa. A CPLP como organização representativa do mundo lusófono, não se deve limitar a ser mera executora de programas e de ações de Ajuda Pública ao Desenvolvimento, deve ser um fórum aberto à discussão e ao debate das problemáticas que atravessam o mundo de hoje, apostando na cooperação inter-estados para se fortalecer a si, engrandecendo os seus Estados-membros.

“Na área da cooperação com as Organizações Regionais Africanas (ORA) em prol da arquitetura de segurança africana pode-se fazer pela via bilateral e multilateral. Bilateralmente, reforçando-se as capacidades individuais dos Estados-membros,

⁹ 1ª Reunião dos Ministros dos Assuntos do Mar da CPLP – Declaração Final – 21 de Março de 2010

garantindo-lhes uma melhor intervenção nos teatros onde desejem intervir e uma participação mais ativa nas ORA onde estão inseridos. Multilateralmente, estabelecendo-se parcerias estratégicas entre a CPLP e as ORA, cooperando em múltiplas vertentes” (Bernardino, 2007, p. 51).

É de salientar o facto de existir uma vontade cada vez maior por parte dos países membros das ORA em conseguirem aumentar a cooperação e ligação com a CPLP na vertente Defesa, tentando assim obter um maior apoio das NU para as intervenções a nível regional, colocando-se assim numa posição de maior relevo no continente, ganhando credibilidade entre os Estados e o mundo, como iremos ver no capítulo seguinte.

A assinatura do PCDD da CPLP em 2006, representou um avanço importante no que diz respeito à atuação conjunta dos países pertencentes à comunidade na resolução de conflitos, sejam eles internos ou a nível da comunidade internacional. Como principal preocupação, podemos dizer que é a promoção e o aumento da cooperação entre os países da comunidade através da sistematização e clarificação das ações a empreender, criando uma plataforma comum de políticas e partilha de conhecimentos em matérias de defesa militar, por forma a obter uma otimização dos esforços para se conseguirem atingir os objetivos da organização.

“A vitalidade da CPLP reflete-se, cada vez mais, na defesa da Democracia e no elevado número de medidas conjuntas que os Estados membros têm adotado para harmonizar políticas, ativar procedimentos comuns e cooperar em domínios tão importantes como Saúde, a Justiça, a Educação, as Forças Armadas, a Economia, Finanças e Negócios, o Ambiente e as Migrações, entre outras áreas setoriais.” (secretário executivo da CPLP, discurso na inauguração da nova sede da CPLP, 06Fev12)

O aperfeiçoamento e o aumento da cooperação entre os Estados membros da organização, orientados sempre no cumprimento dos objetivos previamente estabelecidos nos seus estatutos, têm sido uma constante nos 15 anos de existência da organização, direcionada muito particularmente para os PALOP.

No entanto, quando são assinados protocolos deve de existir um comprometimento a todos os níveis dos Estados membros, por forma, a todos estarem a trabalhar para o conjunto, conseguindo assim atingir os objetivos individuais e coletivos. É importante para a CPLP que todos os países sejam ativos e inovadores para assim a comunidade atingir os seus objetivos no que diz respeito à defesa e segurança dos seus membros e para a restante comunidade internacional.



Vamos tentar perceber se o papel da CPLP respeitante ao domínio da defesa tem sido ativo e os seus Estados membros têm utilizado as suas influências e conhecimentos em prol dos tratados que foram assinados e se estes estão orientados para a resolução de conflitos regionais, mais concretamente no continente africano.

2. Estratégia da CPLP no âmbito da Defesa

a. Nota Introdutória

“A CPLP, é um ator do Sistema Político Internacional (SPI) visto ser um organismo capaz de desempenhar um papel na cena internacional. Trata-se de uma organização internacional, e mais especificamente uma organização diretamente relacionada com Estados Soberanos, constituindo-se como uma associação estabelecida entre os seus membros, dotada de um aparelho permanente de órgãos encarregados de prosseguir a realização de objetivos comuns, através da cooperação entre eles” (Cardoso, et al., 2004, p. 4).

“Particularmente relevante é o fato da CPLP se ter dotado de uma base jurídica internacional, de uma estrutura orgânica própria, bem como de reflexo estratégica e operacional. A valorização do espaço da CPLP é, pela riqueza da partilha de conhecimentos e pela posição estratégica que pode assumir no seio da comunidade internacional” (Ramalho, 2011, p. 82).

“Atualmente a cooperação entre as Organizações Internacionais (OI) e as ORA é a principal base da estrutura de segurança continental africana, pois são as ORA que se encontram mais perto dos problemas, o que significa que são aquelas a quem mais interessa resolvê-los. Contudo, não é só por isso que estas organizações são fundamentais. A segurança em África necessita tanto de um envolvimento de curto prazo (com medidas político-militares) como de longo prazo (desenvolvimento sustentado), as ORA devem ser vistas como os principais atores capazes de cumprir esta missão a tempo inteiro (Gama, 2006), sendo por isso os eixos privilegiados para África de ação das estratégias de Portugal e especialmente da CPLP” (Bernardino, 2007, p. 46).

O continente africano é neste momento o local onde a probabilidade de emergirem conflitos regionais é elevada, muito dependendo esta de fatores relacionados com pobreza, falta de condições higiénicas e consequentemente médicas, bem com das decisões políticas que por vezes são tomadas em diferentes contextos.

A CPLP, tendo no continente africano, cinco dos seus Estados-membros, está institucionalmente interessada em garantir-lhes segurança e condições para um desenvolvimento conjunto. Os PALOP, estando geograficamente descontínuos, fazem parte de diferentes organizações sub-regionais, o que obriga a uma maior coordenação nas ações, estratégias e políticas externas da Comunidade, bem como a uma multilateralidade de comportamentos cooperativos da CPLP para com as ORA.

b. A CPLP e a relação com as Organizações Regionais Africanas

A integração dos países da CPLP nos respectivos grupos regionais: Portugal na UE, os PALOP na UA, a Guiné-Bissau na União Económica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA), o Brasil na MERCOSUL, Angola e Moçambique na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), S. Tomé e Príncipe e Angola na Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), Cabo Verde na Comunidade dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), são uma excelente oportunidade para estabelecer uma rede de interesses para atingir os objetivos estratégicos da CPLP.

“Em termos de continente africano, berço da maior parte dos países constituintes da CPLP, o panorama de intervenção e mediação nos conflitos registou alterações importantes, nomeadamente devido a um reforço das capacidades africanas de gestão e resolução de conflitos, com a criação da UA em substituição da Organização da Unidade Africana (OUA), e com o investimento na capacitação de organizações cuja vocação era essencialmente do foro económico tal como a CEDEAO e a SADC” (Bernardino, 2008, p. 32).

Mesmo com todos os passos dados pelas nações africanas no sentido da resolução de conflitos, a atuação das Nações Unidas continua a ser essencial para os diversos processos de paz em curso nos países africanos como fator de legitimação das intervenções regionais. A sua intervenção tem sido, nos últimos anos, feita numa fase posterior à imposição de paz, conseguida por forças regionais com mandatos específicos de curta duração, através de forças internacionais de manutenção de paz.

“Importa reter que os esforços levados a cabo, quer por forças regionais, quer por forças internacionais, pode ser em vão se após a sua retirada permanecerem no terreno muitos dos fatores que estiveram na origem da violência. Este aspeto apenas poderá ser ultrapassado através de mecanismos efetivos de prevenção de conflitos, ainda inexistentes na maior parte das organizações regionais africanas” (Ferreira, 2005, p. 153).

Torna-se patente que a CPLP pretende ter um papel importante na construção de uma política de defesa que consiga salvaguardar os interesses internos dos seus Estados membros como dos que podem ter um papel influente no contexto internacional.

Esta intenção encontra-se bem patente Declaração da Cimeira de Bissau (17 de Julho de 2006), em que se refere que a modalidade de ação estratégica privilegiada para se alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) é o estabelecimento de parcerias com as ORA, “numa perspectiva de interação com os diversos níveis de

integração e de cooperação regional em que os seus Estados-membros se inserem” (CPLP, 2006, p. 2).

“Na área da segurança e Defesa regional esta interligação com a Arquitetura de Paz e segurança africana, pode-se fazer pela via do reforço das capacidades individuais dos Estados-membros da CPLP, por via da CTM, conferindo-lhes capacidades próprias para intervirem com os seus pares, pois em cada uma das ORA, existe uma componente militar, a quem compete restabelecer a paz regional em superior concordância com a UA e a ONU. Nesta modalidade de ação e especialmente de vontades, existe espaço para os PALOP intervirem, “quer individualmente quer mesmo transportando a bandeira da CPLP, principalmente se esses conflitos forem dentro das suas próprias fronteiras” (Moreira,2006)” (Bernardino, 2007, p. 47).

c. A CPLP na prevenção e gestão de conflitos

Devido ao elevado número de conflitos regionais existentes no continente africano (figura 3), prevê-se um maior grau de intervenção das ORA, levando a que as mesmas tenham de reforçar as suas capacidades militares de maneira a intervirem de uma forma mais proficiente, abrindo assim uma oportunidade de cooperação estratégica que os Estados e as Organizações, devem aproveitar de forma a consolidar os instrumentos de defesa e segurança em África.



Figura 3 – Conflitos em África – 2009 (Fonte: escoladegeografia.wordpress.com)

Tendo a CPLP como objetivo constituir-se como um dos principais atores em África, deve estar preparada para exercer a sua influência na prevenção e gestão de conflitos nesse continente, nomeadamente através de esforços político-diplomáticos, promovendo sempre um ambiente de segurança.

“No âmbito da “prevenção de conflitos a CPLP tem desenvolvido um trabalho muito meritório” (Fonseca, 2006), tendo atuado essencialmente ao nível da diplomacia preventiva, constituindo «Grupos de Contacto» e «Missões de Observação», ao mais alto nível¹⁰, não só na perspetiva de acompanhar os conflitos internos nos seus Estados-membros (Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe e Timor Leste), como de intervir ativamente (no âmbito das suas reduzidas capacidades) na sua resolução. Na prevenção de conflitos a ação diplomática é vital e a CPLP tem dado provas de ser capaz de desempenhar cabalmente este tipo de missões, não só no âmbito e no espaço dos seus Estados-membros, como vem acontecendo, mas também noutras regiões contíguas, nomeadamente em África” (Bernardino, 2007, p. 48).

“Países como Angola e Moçambique¹¹, com maior expressão, mas também Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe, tem participado em missões e exercícios militares no quadro da ONU, da UA e de outras ORA, dando mostras de poderem contribuir para as ASF ou outras Forças que venham a ser constituídas no quadro das ORA onde se inserem, ou ainda para missões no âmbito da ONU” (Bernardino, 2007, p. 49).

Salientamos nesta área as atividades de Cooperação Técnico – Militar que muito têm contribuído para a Prevenção e Gestão de Conflitos, destacando-se os exercícios da série Felino, destinados ao treino de aprontamento de pequenas unidades da CPLP, para o bom desempenho de missões de Manutenção de Paz e Ajuda Humanitária sob a orientação da ONU. Com este programa pretende-se promover o aproveitamento de todas as capacidades de cada país no domínio da formação militar e potenciar a uniformização de doutrinas e procedimentos operacionais das Forças Armadas da Comunidade, reforçando assim o papel da CPLP na Prevenção e Gestão de Conflitos.

Este ponto de vista foi reforçado após a VIª Reunião de chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Bissau, quando referem que a Comunidade deve de realizar um

¹⁰Em 1999, face às convulsões internas na Guiné-Bissau, os Chefes de Estado e de Governo da CPLP resolveram lançar iniciativas diplomáticas para a resolução do conflito, criando-se um “Grupo de Contacto” ao nível dos Ministros dos Negócios Estrangeiros e Relações Exteriores, com a finalidade de pôr termo ao conflito. Esta “troika” era liderada por Cabo Verde e composta por membros de todos os países da CPLP.

¹¹ Em 31 de Outubro de 2005, Moçambique tinha observadores militares nas seguintes missões da ONU: UNMIS (Sudão); ONUB (Burundi) e MONUC (RDC) (Global Peace Operations 2006)

“acompanhamento regular da situação interna dos Estados-membros, visando identificar problemas e reforçar a capacidade da CPLP na prevenção de conflitos, na ajuda humanitária e no apoio à consolidação das instituições” (CPLP, 2006, p. 2 e 3).

É de realçar a importância do intercâmbio e da cooperação entre os diversos estabelecimentos de ensino militar, uma vez que a mesma proporciona interessantes e úteis trocas de experiências pessoais, e ainda a análise comparativa de questões doutrinárias visando a sua uniformização de grande utilidade em situações futuras (reais ou de exercício). No seio da Comunidade, as várias dimensões de cooperação complementam-se e reforçam-se mutuamente em proveito do bem-estar coletivo.

“Os projetos no âmbito da Cooperação Técnico-Militar são essenciais, uma vez que visam a Prevenção e Resolução de Conflitos e o *state building* e, porque se dirigem às Forças Armadas, instituição que é estruturante do Estado, dado que estas se constituem como força dissuasora de ameaças caracterizadas e de crises internas, bem como instrumento estabilizador nos processos de paz” (Junqueira & Pires, 2009, p. 9).

Podemos verificar que a CPLP tem obtido os seus objetivos neste campo, o que é vincado através das palavras proferidas pelo Presidente da República Portuguesa, Cavaco Silva, na inauguração da nova sede da organização em Lisboa, ao referir que “Foram esses valores que ditaram, entre outras ações, o apoio que a CPLP prestou à consolidação dos regimes democráticos, em alguns dos nossos países irmãos” e que “granjearam à CPLP o respeito e a credibilidade de que beneficia na cena internacional” (Henriques, 2012, p. 9)

d. A componente de Defesa da CPLP e a sua intervenção em África

Como referido anteriormente a componente de defesa da Comunidade teve a sua evolução de uma forma constante, inicialmente sem ser oficializada, no entanto sempre muito ativa e presente num aspeto global. Muito contribuiu para essa situação o papel desempenhado por Portugal, que sempre pretendeu uma conjuntura de unificação das ações em prol de uma situação baseada num conceito bilateral mas orientado para a obtenção de um objetivo conjunto, a segurança e bem-estar de todos os países pertencentes à comunidade.

“Com esta intenção foi proposto na Declaração Final da Vª Reunião dos Ministros da Defesa, realizado em Lisboa em 2002, a ideia de um “Batalhão Lusófono” ou de umas “Forças Armadas Lusófonas”, com uma constituição de escalão Batalhão “reforçado”, preparadas para intervir num cenário de manutenção de paz em África, tem acompanhado a ideologia da Defesa desde a sua criação” (Cardoso, et al., 2004).

“Neste princípio, os exercícios militares da Série Felino, permitem obter a desejada interoperabilidade e consolidar doutrinas comuns, que possibilitaria uma intervenção conjunta e principalmente combinada neste quadro. No entanto, pelo menos para já e em permanência, parece pouco provável a viabilidade da sua constituição, “não só pela falta de interoperabilidade como pelos custos envolvidos” (Ribeiro, 2005, 32).

Apesar de alguns especialistas advoguem que “deveria existir um Estado-Maior constituído” (Ramalho, 2006), com uma “Ordem de Batalha” atualizada, tendo em vista possibilitar o acompanhamento das situações de instabilidade em cada país; facilitar o treino e a interoperabilidade entre as FA dos Estados-membros e dar outra visibilidade e dimensão à capacidade militar da CPLP no âmbito da prevenção e resolução de conflitos regionais, contribuindo para um maior protagonismo dos seus Estados-membros africanos e da CPLP em África” (Bernardino, 2007, p. 48).

O desenvolvimento de um Centro de Excelência de formação de formadores, nomeadamente no âmbito da defesa, mais concretamente na área específica das Operações de Apoio à Paz, pretendem reforçar a dimensão estratégica da CPLP no contexto Internacional e do Continente africano, dando assim mais credibilidade à organização e aos seus objetivos.

“A cooperação entre a CPLP e os Estados africanos e o estabelecimento de parcerias com as ORA, parecem ser as modalidades de ação prováveis para a intervenção em África, quer no apoio ao desenvolvimento quer na pacificação de conflitos regionais. No entanto, na perspectiva de intervenção na arquitetura de segurança do continente africano, segundo as orientações estratégicas saídas da Cimeira de Bissau, privilegia-se a cooperação com as ORA em detrimento da cooperação bilateral com os Estados africanos. Neste intuito a Comunidade pode e deverá desenvolver estratégias de cooperação em múltiplos domínios, tendo no entanto, uma especial incidência na vertente da segurança como complemento do desenvolvimento sustentado e em concordância com a adoção dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), como objetivo primordial afirmado em Bissau, na designada Cimeira da Década” (Bernardino, 2007, p. 48 e 49).

e. A Cimeira da Década e a perspectiva dos PALOP da CPLP

“Esta Cimeira foi considerada uma das Cimeiras mais importantes desde a sua criação. Em primeiro lugar porque o volume e importância dos assuntos debatidos excederam as expectativas, dando mostras de uma relativa vitalidade organizacional, em segundo lugar, porque mobilizou as opiniões públicas nacionais e mundiais (apesar de

estar a decorrer em simultâneo a Cimeira do G8 na Rússia), tendo merecido a atenção de muitas ORA e Estados africanos. Em terceiro lugar, porque o tema escolhido para a Cimeira, versando o apoio ao desenvolvimento, titulado de “Objetivos de Desenvolvimento do Milénio: Desafios e contribuições da CPLP”, é consentâneo com a atual realidade africana e em linha com as estratégias de outras organizações com responsabilidades em África” (Bernardino, 2007, p. 50).

“Foi aprovada uma Resolução sobre a Estratégia Geral de Cooperação que reconhece “que o Secretariado Executivo poderá desempenhar um papel importante na identificação e mobilização de recursos que garantam a execução de projetos junto das agências financiadoras; e poderá igualmente apoiar na identificação de ações que permitam responder às necessidades específicas dos Estados e sejam suscetíveis de atendimentos por mais de um país da Comunidade” (CPLP, 2006, pp. 4-5).

Porém as perspectivas dos Estados-membros da comunidade, nomeadamente dos PALOP, condicionam a execução dos tratados/resoluções que são assinadas e que posteriormente não são praticadas.

A ideia transmitida por Cardoso no que diz respeito às perspectivas dos PALOP para com a CPLP, “Angola constitui o maior país africano de língua oficial portuguesa, com um enorme potencial económico, sendo principalmente económicos, os seus objetivos na CPLP. Não obstante, ainda é difícil a perceção da prioridade na comunidade. Efetivamente, as considerações políticas e económicas angolanas são de natureza fortemente bilateral, quer seja com os EUA ou com a África do Sul, parceiros privilegiados. (Cardoso, et al., 2004, pp. 6-8)

Com ambições de disputa com a África do Sul por uma posição de domínio na África Austral, Angola precisa de usufruir de uma estabilidade governativa que lhe permita encarar o futuro com otimismo. Tal facto, torna Angola como um dos pilares essenciais da CPLP, o que lhe confere um poder negocial acrescido na cena internacional.

Moçambique, ao inverso de Angola, não tem tantas aspirações em ser uma potência líder regional, tendo sido permanentemente o país com maior ceticismo e menos interesse pela Comunidade.

País dos mais pobres do mundo, possui como objetivos primários no âmbito da comunidade, a cooperação económica, através da realização de programas de ajuda nas áreas da saúde e da educação. Muito dependente economicamente da África do Sul, vem-se virando, exclusivamente, para a África Austral, com a finalidade de concretizar uma maior integração regional, de onde espera colher melhores benefícios.

Em qualquer caso, mantém-se bem forte em Moçambique a prioridade dada à língua portuguesa, não só como língua oficial, mas também, como elemento estratégico de identidade regional, a qual faz face à agressiva envolvente anglófona a que este país se encontra sujeito.

Cabo Verde é um país de clima seco e árido, com uma forte dependência exterior em recursos de primeira necessidade, o que confere à sua política externa, um sentido permanentemente estratégico. Parece por isso, ter sido um dos mais entusiastas defensores da criação e institucionalização da CPLP. Nesta comunidade, encontra uma porta de abertura à diversificação e aprofundamento das relações internacionais, aproveitando os diferentes espaços de inserção que resultam da sua participação em organizações internacionais e regionais, bem como a filiação dos seus parceiros em outras organizações, nomeadamente a de Portugal à UE, do Brasil (parceiro privilegiado, devido a laços históricos e culturais fortes) à MERCOSUL, de Angola e Moçambique à SADC e, certamente, de Timor à ASEAN.

Na Guiné-Bissau, o continuado processo de desagregação das instituições do Estado, dificulta a perceção de prioridades e de agendas políticas. Neste momento, no país, a questão de fundo é a recuperação, o relançamento da economia e a reconstrução nacional.

Os objetivos da Guiné-Bissau na CPLP passam, sobretudo, por um aprofundamento da cooperação económica e por uma procura constante de apoios na conquista de uma total credibilidade junto das instâncias multilaterais internacionais, como sejam, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) ou a própria UE, tendo sido já assegurada a atribuição de um milhão de dólares ao Fundo de Gestão Económica de Emergência guineense, gerido pela ONU.

Para S. Tomé e Príncipe, a prioridade à CPLP é pacífica do ponto de vista diplomático, no entanto, este país vive uma situação de extrema miséria humana, material e moral que conduziu á paralisia e total disfuncionamento do sistema democrático instituído. Portugal, um dos principais parceiros de S. Tomé e Príncipe, tem cooperado em quase todos os sectores de atividade, sobretudo na educação, na saúde e na justiça” (Cardoso, et al., 2004, pp. 6-8), na nossa ideia mantém-se atual, existindo no entanto por vezes um afastamento da comunidade, por parte de alguns membros, derivado da sua inclusão noutras organizações internacionais, que possuem outras orientações e outros objetivos.

Podemos verificar isto na opinião de Fernando Jorge Cardoso, diretor do programa para África do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais (IEEI) em que transmite “... Angola pode ter interesse na CPLP por “não” ter “protagonismo em instituições

internacionais”, ao contrário do seu protagonismo económico; o Brasil começou a olhar para a CPLP de outra forma desde que “redescobriu África”; Moçambique aceita, mas não dá muita importância, já que pertence a outros organismos internacionais; Cabo Verde é o país que dá maior importância.” (Henriques, 2012, p. 8)

f. Síntese Conclusiva

“A CPLP é a organização que congrega desde 1996, os povos lusófonos e que tem a língua e a cultura como base, ultrapassou já largamente este âmbito, ampliando os seus domínios de cooperação, nomeadamente criando a partir de 2002, a componente de Defesa. Apesar de em 1998 se ter realizado a 1ª Reunião de Ministros da Defesa, que consubstanciou o início informal da vertente de Defesa no quadro da Comunidade. Quatro anos depois, resolveu-se alterar os estatutos introduzindo a componente da Defesa na área dos objetivos da organização (Art.º 3 b)” (Bernardino, 2007, p. 51).

A Comunidade criou durante os dez anos da sua dimensão de Defesa, alguns mecanismos que têm contribuído para consolidar e fazer caminhar com passos seguros essa mesma vertente, nomeadamente com as Reuniões de Ministros da Defesa e de CEMGFA, o SPAD, o CAE, os exercícios da Série FELINO, do PCDD e mais recentemente com a assinatura da Estratégia da CPLP para os Oceanos. O PCDD permitiu estabelecer os princípios gerais de cooperação na área da Defesa entre os Estados-membros e tem como objetivo principal promover uma política comum de cooperação na área da Defesa, criando uma plataforma para partilha de conhecimentos nessa matéria e assim contribuir para o reforço das capacidades internas das FA dos países da CPLP. Aspeto que no futuro, permitirá à organização almejar outras responsabilidades e assumir outras intervenções no quadro da prevenção e resolução de conflitos em África.

O protocolo assinado sobre a Estratégia da CPLP para os Oceanos, apesar de presentemente estar estagnado, no nosso ponto de vista poderá ter muito interesse e alguma relevância no sistema internacional num futuro próximo, se para isso for bem utilizado por todos os membros da comunidade, principalmente pelo Brasil, que está mais orientado para a segurança do Atlântico Sul e pretendendo ser a nação com mais importância no mesmo.

Na área da cooperação com as ORA e sempre em prol da arquitetura de segurança africana, pode ser feita num âmbito bilateral e multilateral. Bilateralmente, reforçando-se as capacidades individuais dos Estados-membros, garantindo-lhes uma melhor intervenção nos teatros onde pretendem intervir e com a finalidade de existir uma participação mais ativa nas ORA onde estão inseridos. Multilateralmente, estabelecendo-se parcerias

estratégicas entre a CPLP e as ORA, cooperando em múltiplas vertentes, nomeadamente no plano de operações de apoio à paz. Ao assumir tal desafio, a CPLP como uma organização que tem como objetivo a manutenção da paz, do bem-estar e da segurança de uma forma global, terá que se envolver de uma forma ativa e principalmente pró-ativa nas atividades de defesa, a fim de contribuir para o desenvolvimento sustentado e para a segurança coletiva, principalmente dos PALOP em África.

Todos os PALOP têm estratégias próprias em todos os domínios, sejam eles políticos, militares, económicos ou sociais, o que leva à existência de uma perspetiva diferente de cada um deles em relação à CPLP diferente, pois todos eles têm objetivos que pretendem atingir e outros que são das organizações a que pertencem, e que por vezes tendem a não ser convergentes para com os da Comunidade, originado a existência de uma conflitualidade de interesses.

Deverá existir um esforço conjunto para que deixe de acontecer o que referiu um sociólogo cabo-verdiano, Cláudio Furtado, professor da Universidade de Cabo Verde, durante a sua intervenção na inauguração da nova sede da Comunidade: ” a nível de discurso, o entusiasmo pela CPLP tem sido, de fato, afirmado pelos diversos políticos, mas quando se passa para o plano prático nada de significativo acontece. Neste momento há mais relações a dois, Estado a Estado, do que entre os oito, não se conseguindo potenciar as relações multilaterais. A CPLP deveria ter um papel muito mais forte do ponto de vista das políticas diplomáticas, económicas e comerciais entre os oito”.

No domínio da defesa a evolução tem sido permanente, derivada da noção que a organização como um todo, tem sobre a elevada probabilidade de surgirem conflitos no continente africano, estando assim a organização a exercer um esforço e sendo este orientado para que todos sejam capazes a fazer frente, individualmente e mesmo coletivamente, a situações que poderão surgir nesse domínio.

Podemos verificar que esse esforço está especialmente orientado para os PALOP, nomeadamente para que estes sejam capazes de resolver situações internas e mesmo no auxílio de situações idênticas nos países do continente africano, através das organizações a que pertencem, elevando assim a importância da CPLP a nível mundial.

Neste sentido, o papel que Portugal e o Brasil podem vir a ter, deverá estar vertido nas estratégias nacionais de cada país por forma a conseguirem transmitir, internamente e para a comunidade internacional, que o seu empenhamento na CPLP é total e que pretendem aumentar a importância da mesma em todos os domínios, nomeadamente no



que diz respeito à segurança e defesa dos Estados membros e no ambiente que rodeia os mesmos.

3. Estratégia do Brasil e de Portugal para os PALOP no Âmbito da CPLP

a. Nota Introdutória

Como transmitido pelo anterior Chefe de Estado-maior do Exército (CEME), General Pinto Ramalho (2011, p. 81) “O potencial de cooperação da CPLP, em especial na área da defesa e segurança, é muito significativo, atendendo a que se trata do único fórum onde as questões de segurança e desenvolvimento globais e pluricontinentais podem ser abordados num quadro identitário próprio, envolvendo uma rede, que em termos de organizações internacionais, integra a ONU, a UE, o MERCOSUL, a UA, a ASEAN, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), a CEDEAO, a CEEAC e a SADC”, podemos constatar a importância que a CPLP poderá ter no contexto internacional se conseguir aproveitar as ligações que todos os países pertencentes à comunidade têm com as outras organizações do SI.

Os dois países com maior relevo no desenvolvimento da política e estratégia da CPLP são Portugal e o Brasil pelas diversas razões apresentadas anteriormente, o que nos leva a refletir um pouco sobre a estratégia nacional de cada um deles no que diz respeito à área da componente da defesa da Comunidade.

Tanto Portugal como o Brasil têm uma estratégia de defesa nacional própria, onde nos diversos documentos que conceitualizam a mesma, fazem referência à importância que a CPLP, nomeadamente dos PALOP, tem para conseguirem atingir os seus objetivos delineados na sua estratégia e ao mesmo tempo conseguirem manter um ambiente de paz e segurança a nível internacional, aumentando assim a sua importância a nível mundial.

b. Estratégia do Brasil

“No plano político, ou da concertação político-diplomática, os interesses brasileiros estão associados ao empenho do Governo em garantir uma presença qualificada na nova arquitetura internacional, em particular nos foros em que são discutidos os grandes temas globais e de interesse do Brasil. Tal empenho requer o planeamento e a execução de uma diplomacia que se oriente por distintos vetores. Um desses vetores, sem dúvida, são os países de língua portuguesa e a CPLP” (Gala, s.d., p. 22).

O Brasil tende a privilegiar a sua participação no Conselho de Defesa da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), pela necessidade de se afirmar como potência regional no continente sul-americano, sem contudo, menosprezar a sua participação e envolvimento na CPLP motivada pelos elevados interesses que detém em África.

Podemos ver a estratégia do Brasil para o ambiente internacional no decreto Nº 5.484 de 30 de junho de 2005 onde foi aprovada a Política de Defesa Nacional do Brasil e que no seu ponto 3.1(Presidência da República, p. 3), transmite: “O subcontinente da América do Sul é o ambiente regional no qual o Brasil se insere. Buscando aprofundar seus laços de cooperação, o país visualiza um entorno estratégico que extrapola a massa do subcontinente e inclui a projeção pela fronteira do Atlântico Sul e os países limítrofes da África”.

Sempre muito preocupado e orientado para os problemas internos, o Brasil começou a ter uma perspectiva mais global e a ter noção da importância que pode ter no SI, nomeadamente no Hemisfério Sul, utilizando para isso as ligações que tem sejam elas individuais ou coletivas.

“Nos últimos anos, sobretudo com o Presidente Luiz Lula da Silva, tem sido crescente a importância dada pelo governo brasileiro, pelo menos retoricamente, ao relacionamento com os Estados do hemisfério sul, e, dentro deste, aos membros que compõem a denominada CPLP” (Miyamoto, 2009, p. 22).

Podemos verificar estes aspetos na sua PDN (Presidência da República, p. 5) nos pontos 4.9 e 4.10 que referem o seguinte:

“4.9 O Brasil atribui prioridade aos países da América do Sul e da África, em especial aos da África Austral e aos de língua portuguesa, buscando aprofundar seus laços com esses países”.

“4.10 A intensificação da cooperação com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), integrada por oito países distribuídos por quatro continentes e unidos pelos denominadores comuns da história, da cultura e da língua, constitui outro fator relevante das nossas relações exteriores”.

Apesar de ter como perspectiva um maior relevo e importância no ambiente mundial, o Brasil continua muito orientado para o Hemisfério Sul, tentando assim conseguir ser a grande potência dessa parte do globo terrestre em todos os campos, principalmente a nível económico.

Já nas orientações estratégicas do mesmo documento (Presidência da República, pp. 7-8) podemos fazer sobressair alguns pontos que têm muita relevância no âmbito da defesa:

“6.9 O fortalecimento da capacitação do país no campo da defesa é essencial e deve ser obtido com o envolvimento permanente dos setores governamental, industrial e académico, voltados à produção científica e tecnológica e para a inovação. O

desenvolvimento da indústria de defesa, incluindo o domínio de tecnologias de uso dual, é fundamental para alcançar o abastecimento seguro e previsível de materiais e serviços de defesa.”

“6.10 A integração regional da indústria de defesa, a exemplo do MERCOSUL, deve ser objeto de medidas que propiciem desenvolvimento mútuo, a ampliação dos mercados e a obtenção de autonomia estratégica.”

“6.11 Além dos países e blocos tradicionalmente aliados, o Brasil deverá buscar outras parcerias estratégicas, visando a ampliar as oportunidades de intercâmbio e a geração de confiança na área de defesa.”

“6.17 Para ampliar a projeção do país no concerto mundial e reafirmar seu compromisso com a defesa da paz e com a cooperação entre os povos, o Brasil deverá intensificar sua participação em ações humanitárias e em missões de paz sob a égide de organismos multilaterais.”

Continuamos a verificar que mesmo no âmbito da defesa, a preocupação do Brasil se mantém numa perspectiva muito virada para o Sul, abrindo janelas de oportunidade a nível mundial, para assim aumentar o interesse dos outros países em ter o Brasil com parceiro.

No mesmo documento nas diretrizes, nos pontos XX e XXI transmite que o Brasil deve “intensificar o intercâmbio com as Forças Armadas das nações amigas, particularmente com as da América do Sul e as da África, lindeiras ao Atlântico Sul” [e] “contribuir ativamente para o fortalecimento, a expansão e a consolidação da integração regional com ênfase no desenvolvimento de base industrial de defesa” (Presidência da República, p. 9).

Na sua primeira intervenção no Congresso Nacional a Presidente Dilma (2011) fez um resumo do que tinha acontecido nos últimos anos, relativamente à soberania nacional onde transmitiu que “ Para direcionar a atuação do Governo na questão da soberania nacional, a Estratégia Nacional de Defesa (END), aprovada pelo Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008, foi pautada em ações estratégicas de médio e longos prazos. A END tem como objetivos a modernização da estrutura nacional de defesa, por meio de três eixos estruturantes que são a reorganização das Forças Armadas, a reestruturação da indústria brasileira de material de defesa e a implementação de uma política de composição dos efetivos das Forças Armadas” (Rousseff, 2011)

Transmite assim que o Brasil pretende melhorar as suas capacidades no âmbito da defesa para conseguir fazer frente às diversas situações que poderão surgir dizendo mesmo

que “Em cumprimento às diretrizes da Política de Defesa Nacional e da Estratégia Nacional de Defesa, foi elaborado, em 2009, o Plano de Articulação e Equipamento da Defesa (Paed). Esse plano tem o objetivo de harmonizar a capacidade de defesa do país com o seu crescente nível de desenvolvimento e com o papel de protagonista desempenhado pelo Brasil no cenário internacional” (Rousseff, 2011).

“A presença do Brasil na CPLP pode ser vista sob duas perspectivas: de um lado, no uso da mesma para projetar os interesses brasileiros no exterior, ou seja, uma instrumentalização feita pela política externa brasileira, visando maximizar o uso de todos os recursos possíveis existentes, inclusive para ocupar espaços maiores do que outros países junto às nações que fazem parte da comunidade; por outro lado, pode-se, igualmente inferir que, apesar do “pragmatismo” de sua política externa, o Brasil também pensa em termos de atuação conjunta da CPLP para atender interesses globais que não seriam possíveis de se obter individualmente” (Miyamoto, 2009, p. 33).

“Para o Brasil, os benefícios naturais da língua compartilhada e da herança histórico-cultural comum, bem como o fato de o País possuir reconhecida *expertise* em setores estratégicos para o desenvolvimento econômico e social dos PALOP e de Timor Leste, como é caso da agricultura tropical ou do combate ao HIV-AIDS, tornam esses países parceiros singulares para a consolidação, seja em bases bilaterais, seja em bases comunitárias, do paradigma da cooperação Sul-Sul” (MRE, 2010, p. 183).

“As vantagens que o Brasil pode obter através da cooperação técnica aos PALOP têm levado doadores tradicionais, bilaterais e multilaterais, a manifestarem vivo interesse em projetos de triangulação com o Brasil nesses países” (MRE, 2010, p. 183).

Neste sentido é um dos objetivos da política externa do Brasil “Promover a cooperação em todos os domínios, em particular aqueles que sejam estratégicos para o desenvolvimento econômico e social dos PALOP e Timor-Leste, em bases sustentáveis, [e] Reforçar a participação social nas atividades comunitárias, como fator de dinamização da cooperação e de promoção dos princípios democráticos que norteiam a CPLP” (MRE, 2010, p. 184).

No entanto “A cooperação técnica prestada aos países da CPLP pelo Brasil no período 2003-2010 insere-se no paradigma da cooperação Sul-Sul, o qual se distingue por padrões próprios de gestão, diferentes daqueles aplicados à tradicional cooperação Norte-Sul” (MRE, 2010, p. 186).

Numa perspectiva futura transmitida pela presidente Dilma (Rousseff, 2011) “Em 2011 serão aprofundadas as relações bilaterais com países da África e do Oriente Médio,

estimulando visitas de alto nível. Objetiva-se aprofundar a parceria estratégica com a EU e construir novas alianças com países europeus em áreas específicas: aeroespacial (Ucrânia), energia (Noruega, Reino Unido, Rússia), esportes (Reino Unido), mudança do clima e meio ambiente (França, Noruega), defesa (França, Itália, Rússia, Suécia), reforma da governança global (Alemanha, França, Reino Unido), financeira (Alemanha) e telecomunicações (Espanha, Finlândia, Portugal). E ao mesmo tempo “Buscar resultados concretos na reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas e orientar a presença brasileira no Conselho na busca de soluções diplomáticas para desafios na esfera da paz, segurança e desarmamento..., assim como revitalizar a Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul (ZOPACAS)”.

c. Estratégia de Portugal

Como transmite o Dr. Severiano Teixeira, ex-Ministro da Defesa Nacional, “A situação geoestratégica nacional, reforçada por um valioso património cultural, por uma língua falada em quatro continentes por cerca de 200 milhões de pessoas e ainda pelas numerosas comunidades portuguesas e luso-descendentes espalhadas pelo mundo, confere a Portugal a possibilidade de contribuir para o estreitamento de relações entre a Europa, a América, a África e a Ásia”, podemos dizer que Portugal tem que manter e aumentar as suas ações nas organizações a que pertence. (Junqueira & Pires, 2009, p. 7)

Portugal tem vindo a constituir-se num dos motores da CPLP e nação líder em muitos dos processos no âmbito da cooperação na vertente da Defesa, desde logo responsável pela criação e dinamização desta vertente organizacional. Tem junto dos PALOP e em África uma responsabilidade acrescida, não só pela história comum de mais de quinhentos anos, como pelo facto de atualmente constituir no quadro da UE, ONU, OTAN e das ORA, um parceiro apetecível para as questões em torno da segurança no continente africano.

Desde 1999 foram delineados alguns Objetivos permanentes, políticos e estratégicos (DGPDN/MDN, 1999, p. 140), relacionados com o apoio aos PALOP e a Timor-Leste, dos quais destacamos:

- “Contribuir para a segurança e estabilidade interna dos PALOP e de Timor-Leste através da formação de Forças Armadas apartidárias, subordinadas ao poder político e totalmente inseridas no quadro próprio de regimes democráticos.”

Refere também no mesmo documento e na mesma página as ações que deveriam ser tomadas em conta para se conseguir atingir esses objetivos, sendo elas:

- “Fomentar o conceito de que a instituição militar é fator estruturantes dos Estados e das Nações, contribuindo decisivamente para a consolidação da identidade nacional;
- Apoiar a organização, a formação e o funcionamento das Forças Armadas dos PALOP e de Timor-Leste, tendo em permanente atenção a especificidade socioeconómica e político-militar de cada país;
- Conferir prioridade elevada aos projetos de CTM relacionados com o desenvolvimento cultural e económico desses países, nomeadamente a formação, nas áreas jurídico-administrativa e técnico-científica;
- Finalmente, consolidar a formação de unidades militares e serviços de apoio desenvolvidos no âmbito da CTM e que possam vir a ser empregues pelos órgãos de soberania de cada PALOP em Operações de Apoio à Paz, Humanitárias ou de Gestão de Crises, sob os auspícios da ONU ou de Organizações Regionais de Segurança e Defesa, mandatadas para tal” (DGPDN/MDN, 1999, p. 140)

Como reforço destas medidas é transmitido no Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN)(2003, p. 286) no ponto 7. 5 que “A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa é um instrumento relevante para o relacionamento entre povos ligados pela história, pela cultura e pela língua, para a afirmação lusófona nas instituições internacionais e para a efetivação de uma comunidade de valores e interesses económicos, culturais e de cidadania. No âmbito da defesa nacional, a importância da CPLP deve ser acentuada para, nomeadamente:

- Reforçar a sua dimensão de defesa;
- Desenvolver a cooperação de defesa, militar e não militar, numa base solidária, profissional e de respeito mútuo pela individualidade dos Estados;
- Intensificar a cooperação multilateral no âmbito da CPLP, de forma contribuir para a valorização do conjunto dos países de língua portuguesa ao nível das Nações Unidas;
- Intensificar as relações bilaterais entre Portugal e os Estados lusófonos.” (CEDN, 2003).

Denota-se um empenhamento permanente do Estado português em manter uma ligação e uma cooperação com todos os países da CPLP no domínio da defesa por forma a conseguir individualmente e coletivamente uma valorização no contexto internacional com o objetivo

de “...defender os princípios da independência nacional e da igualdade dos Estados, o respeito pelos direitos humanos e pelo direito internacional e a resolução pacífica dos conflitos internacionais e contribui para a segurança, a estabilidade e a paz internacionais.” (LDN, 2009, pp. 4344-(9)) e que para atingir estes objetivos devem as Forças Armadas “Executar as ações de cooperação técnico-militar no quadro das políticas nacionais de cooperação” (2009, pp. 4344-(15)).

Mais recentemente no Programa do XIX Governo Constitucional, no que diz respeito à política externa, desenvolvimento e defesa nacional refere que como um dos objetivos estratégicos “Redobrar a importância do relacionamento com os países de expressão portuguesa, tendo sempre presente a relevância da língua que nos une, que no quadro da CPLP se revela estratégica e economicamente relevante” (Ministros, 2011, p. 104).

d. Síntese conclusiva

“Em termos gerais, pode-se afirmar que, apesar das críticas às vezes mais contundentes, sobretudo dos vizinhos, quando políticas vigorosas do governo brasileiro são implementadas, a atuação do Brasil se restringiu basicamente a dar prosseguimento ao que historicamente tem feito: aumentar seu poder nacional, adicionando novos elementos aos seus vetores, seja no plano político, seja no económico, negligenciando na maior parte das vezes a vertente militar. Esta última, entretanto, parece agora ter voltado à tona de forma mais vigorosa com a nova Estratégia de Defesa Brasileira” (Miyamoto, 2009, p. 40).

“Pode-se afirmar, que a importância concedida pelo Brasil à CPLP é proporcional a que a mesma desfruta no cenário internacional. Não é apenas em relação à CPLP como instituição, mas com todos os países que a compõem, a não ser em momentos específicos” (Miyamoto, 2009, p. 32).

O Brasil só muito recentemente começou a direcionar a sua política governamental para um ambiente mais externo, pois até esse momento estava demasiado preocupado com questões internas, fossem do país como do continente sul-americano (problemas com os países vizinhos).

Só muito recentemente, desde 2006, é que o Brasil tem uma Delegação Permanente na CPLP, tendo sido o primeiro a fazê-lo, demonstrando uma nova visão sobre a importância da comunidade no futuro do país, como também fazendo sentir aos restantes Estados-membros da organização a relevância que o mesmo poderá vir a ter no contexto internacional.

As razões para o Brasil ter uma nova visão, podem ser muitas, no entanto julgamos

que todas elas estão orientadas de forma a conseguirem obter um maior protagonismo no contexto internacional, seja no nível económico seja no de segurança, com a finalidade de se tornar uma potência mundial, no entanto inicialmente estará direcionada para o ambiente do Hemisfério Sul, nomeadamente no que diz respeito ao Atlântico sul, pela importância que o mesmo tem a nível de recursos naturais e não só, como no aspeto da sua utilização por outros países, mais propriamente os do Hemisfério Norte, continuando no entanto sempre a olhar para a possibilidade de outras cooperações a nível mundial.

No que diz respeito a Portugal, podemos dizer que a sua ligação aos PALOP está muito ligado a um fator histórico, e que pretende conservar essas ligações de uma forma ativa, sempre numa perspetiva da manutenção da paz e de um contínuo auxílio na melhoria das capacidades dos países de maneira a estes conseguirem por si só atingirem os seus objetivos, contribuindo assim para o bem-estar de toda a comunidade, principalmente dos que falam a língua portuguesa.

Os documentos oficiais revelam que o empenhamento de Portugal na cooperação com os PALOP no âmbito da defesa surge logo após a guerra do Ultramar, e que desde então se manteve, e em certos campos até aumentou. A visão dos atuais governantes portugueses mantem-se nesse sentido prevendo-se mesmo um alargamento da mesma, sendo a nível bilateral ou multilateral.

Esta visão comporta uma melhoria nas relações com os países membros da CPLP, para conseguir não só um ambiente seguro e de bem-estar entre todos bem com conseguir através das ligações que todos têm com outras organizações obter benefícios para o país, sejam eles económicos (muito importante nos dias que correm) ou noutro domínio, para conseguir aumentar a sua importância no contexto internacional, nomeadamente no continente africano.

Podemos concluir que do ponto de vista estratégico, o Brasil e Portugal têm como um dos objetivos a manutenção das ligações que mantêm com os PALOP sempre numa perspetiva de cooperação, porém ambos tiveram épocas diferentes relativamente ao início dessa visão e ao mesmo tempo das razões para a existência dessa cooperação, estando neste momento, no nosso ponto de vista, a existir uma maior proximidade entre os dois países no que diz respeito à importância que ambos estão a dar nesse sentido, pois ambos os países têm muito a beneficiar com a CPLP, seja individualmente ou mesmo mundialmente, sempre na perspetiva de atingirem os seus objetivos estratégicos.

4. Programas de Cooperação do Brasil e de Portugal com os PALOP

a. Nota Introdutória

“Em julho de 2000, na III Reunião de Cúpula da CPLP, realizada em Maputo, foi aprovada a “Declaração sobre a Cooperação, Desenvolvimento e Democracia na Era da Globalização”, que reafirmou o compromisso dos países membros com os valores democráticos, a erradicação da pobreza e a promoção do desenvolvimento sustentável” (MRE, 2005).

A ideia de que a Paz e a Segurança constituem-se como condições essenciais para o desenvolvimento dos Povos, fez germinar a ideia entre os Estados membros da CPLP de que a Comunidade pudesse progressivamente desempenhar um papel credível e positivo na prevenção de conflitos e na manutenção da Paz.

“A Segurança e a Defesa deixaram de ser perspectivadas de uma forma rígida e estática, tendo-se evoluído para uma conceção que valoriza os mecanismos de solidariedade, instituídos em organizações de segurança coletiva e privilegiando o empenhamento ativo em favor da gestão e resolução de crises” (Junqueira & Pires, 2009, p. 12).

“A cooperação em geral constitui um dos elementos essenciais das atividades da CPLP, cabendo à cooperação técnica a grande maioria dos projetos comunitários. A cooperação representa um dos pilares da integração comunitária, com potencial para reforçar e multiplicar os laços que unem os Países de Língua Portuguesa. A cooperação desenvolvida sob a égide da CPLP, embora possa parecer residual quando comparada em volume com a cooperação bilateral entre os Estados membros, tende a ampliar-se e consolidar-se cada vez mais em espaço próprio, o que a torna cada vez mais crescentemente reconhecida e necessária” (MRE, 2005).

“Brasil e Portugal são os países da Comunidade com mais tradição na prestação de cooperação a países em desenvolvimento, apesar de ser possível a participação de qualquer Estado membro como prestador de cooperação em projetos nos quais já disponham de competência técnica e experiência. Nos foros em que se reúnem os cinco, os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) inclusive realizam, entre si, ações de cooperação, o que revela o potencial da cooperação na CPLP mesmo fora de seus eixos tradicionais” (Coelin, s.d., p. 31).

“Na área da cooperação, busca-se promover projetos voltados ao fortalecimento institucional dos países membros, bem como a maior capacitação dos PALOP e de Timor

em áreas estratégicas para seu desenvolvimento socioeconómico, como a segurança alimentar, a formação profissional, a saúde e a gestão administrativa” (MRE, 2010, p. 184).

Para a concretização deste propósito têm vindo a ser dados alguns passos e criadas algumas capacidades no quadro da cooperação técnico-militar, a qual se tem desenvolvido no contexto das relações bilaterais e multilaterais entre Estados, pautando-se por princípios mútuos de não ingerência nos assuntos internos e do máximo respeito pela singularidade dos relativos modelos e sistemas no domínio da Defesa e das Forças Armadas.

A Cooperação Técnico-Militar (CTM), tem contribuído para a compatibilização, e normalização de procedimentos no domínio militar, principalmente na área da formação do pessoal e treino de unidades militares, permitindo uma recuperação técnico-militar e em última instância a articulação de forças de diversos países, como comprovado nos exercícios militares combinados já realizados.

“Importa que a CTM promova, desenvolva e concretize o seu vetor multilateral, orientando-o para o aperfeiçoamento dos mecanismos necessários ao desenvolvimento das capacidades militares dos países da CPLP, já por si ligados por laços históricos” (Ramalho, 2011, p. 82).

“A cooperação, na aceção mais ampla do termo, é a própria razão de ser da Comunidade, e representa uma maior consolidação e fortalecimento entre todos os Estados-membros da mesma” (Coelin, s.d., p. 34).

b. Brasil e a Cooperação com os PALOP

“No campo da cooperação, registre-se que, associados às perspectivas para uma presença mutuamente vantajosa do Brasil nesses países, estão os interesses brasileiros em prestar cooperação aos países em desenvolvimento, e no caso em particular aos países de língua oficial portuguesa, mediante a transferência de tecnologias adaptadas às condições geográficas, climáticas, mas sobretudo socioeconómicas desses países. Hoje os países de língua portuguesa são os principais beneficiários da cooperação técnica internacional brasileira” (Gala, s.d., p. 23).

“A Agência Brasileira de Cooperação, de acordo com princípios internacionais correntes e com diretrizes emanadas do Ministério das Relações Exteriores (MRE), define a cooperação técnica – tanto a recebida pelo Brasil quanto a cooperação horizontal – como a transferência de conhecimentos e experiências em bases não comerciais, como objetivo de promover mudanças estruturais duradouras que contribuam significativamente para

acelerar o processo de desenvolvimento dos países parceiros, ao mesmo tempo capacitando-os para continuar a atuar de forma autônoma nos temas em questão” (Coelin, s.d., pp. 31-32).

“A administração pública, em especial no período do presidente Lula (2002-2010), transformou a teoria em prática, priorizando ações que valorizaram o diálogo sul-sul, conduzido de forma bilateral e/ou multilateral, estruturada em áreas temáticas e/ou áreas geográficas, conforme mais adequado a cada caso (Brasil, 2010) De referir que, ainda nem a Política (Brasil, 2005) nem a Estratégia Nacional de Defesa (Brasil, 2008) abordem especificamente a oportunidade de diálogo com África, ainda assim muito foram os avanços na área de segurança e defesa com este continente, a exemplo das ações em curso na Guiné-Bissau, onde encontra-se em implementação o protocolo de cooperação técnico-militar” (Migon, 2011, p. 3).

“Na área da defesa, em particular, há grande espaço para a cooperação entre o Brasil e países e organismos regionais africanos, no que diz respeito à manutenção da paz e segurança internacionais; solução de conflitos regionais; colaboração no ordenamento e exploração dos recursos do Oceano Atlântico Sul; e desenvolvimento de capacidades em pessoal (capacitação de militares) e material (indústria de defesa)” (MRE, 2010, p. 203).

“Entre 2003 e 2010, foram assinados acordos de Cooperação no Domínio da Defesa com sete países africanos (África do Sul, Angola, Moçambique, Namíbia, Guiné Equatorial, Nigéria, Senegal), quatro instrumentos jurídicos internacionais na área, e ratificado acordo previamente assinado com Cabo Verde” (MRE, 2010, p. 203).

“Atividades foram realizadas nas áreas de formação militar, levantamento da plataforma continental, ciência e tecnologia, operações comerciais e doações brasileiras, além de terem sido alcançados avanços na cooperação relativa ao Atlântico Sul no âmbito da CPLP e da ZOPACAS. Estando em instalação na [Guiné-Bissau] a Missão Brasileira de Cooperação Técnico-Militar (MBCTM), que deverá alcançar 10 integrantes” (MRE, 2010, p. 204).

“Várias doações foram feitas pelo Brasil, no âmbito da defesa, como por exemplo quatro botes pneumáticos e 260 uniformes para a Guarda Costeira de São Tomé e Príncipe, além de uniformes para as forças armadas da Guiné-Bissau” (MRE, 2010, p. 205).

No entanto o que está mais ativo, no âmbito da defesa, são “Empresas brasileiras da área da indústria de defesa, como Embraer e Emgepron¹², têm estado presentes e atuantes na África, tanto na vertente estritamente comercial quanto na difusão do conhecimento tecnológico e de realização de projetos comuns” (MRE, 2010, p. 203).

c. Portugal e a Cooperação com os PALOP

Como é transmitido na Diretiva Ministerial de Defesa 2010-2013 (MDN, 2010), no parágrafo 3. b)(1) “... sendo opção do Estado a articulação entre a centralidade da opção europeia, a vocação e o compromisso com a Lusofonia, Portugal continuará a ser um parceiro ativo nas alianças em que se insere, desenvolvendo relações com países vizinhos e parceiros estratégicos no quadro bilateral, reforçando a sua relação privilegiada com o espaço lusófono e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.”, as Forças Armadas portuguesas têm que continuar a ter um papel ativo nas relações internacionais, nomeadamente com a CPLP.

Para reforçar esta ideia o XIX Governo Constitucional menciona no seu Programa, no que diz respeito às relações Bilaterais e Multilaterais, mais em concreto com a CPLP, que o país deve “Dar prioridade às relações bilaterais e multilaterais no espaço lusófono, bem como nos países na sua vizinhança” (2011, p. 106 e 107).

Podemos verificar que apesar das mudanças políticas em Portugal a vontade de cooperação para com os países da CPLP mantém-se intata, existindo mesmo a ideia de a aumentar com novos projetos, sendo sempre referenciada nos documentos oficiais portugueses e mencionada nos fóruns internacionais.

“Para Portugal, a CTM constitui um importante fator de afirmação no mundo. Para os países seus beneficiários, constitui-se como um vetor de desenvolvimento, criando pólos de incremento económico e social, através da formação, especialização e qualificação do pessoal militar” (Junqueira & Pires, 2009, p. 30).

(1) Cooperação Técnico Militar Portuguesa

“A política de CTM é definida pelo Ministério da Defesa Nacional (MDN), subordinada a linhas de orientação política emanadas do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE). Insere-se na política bilateral de cooperação, contribuindo para a paz e para o desenvolvimento global que, cimentada pelo uso comum da língua portuguesa e

¹² A primeira para o desenvolvimento de aeronaves e tecnologias inovadoras e a segunda no âmbito Naval, nos mesmos campos.

pelos laços históricos e culturais decorrentes de uma vivência de cinco séculos, tem envolvido os PALOP e mais recentemente Timor Leste” (Junqueira & Pires, 2009, p. 15).

“O papel da cooperação portuguesa passa pelo apoio à organização de unidades e estabelecimentos de formação militar e pela formação em Portugal, bem como pelo reforço das instituições estatais responsáveis pela segurança interna na implementação da lei, designadamente as forças de segurança pública, os serviços de migrações e fronteiras e a investigação criminal, na reforma do sistema de segurança que permita adequação das dimensões de organização, métodos e formação como meios de consolidar a estabilidade interna” (Ramalho, 2011, p. 82).

O principal esforço da cooperação bilateral no domínio da CTM desenvolvida por Portugal, mais concretamente pelas Forças Armadas, recai nos países de expressão portuguesa e em especial nos PALOP, sempre com a intenção de uma melhoria constante das capacidades desses países na resolução de conflitos, sejam eles internos e mesmo no auxílio de problemas externos.

“A política de CTM, materializa-se na execução de projetos que decorrem de solicitações apresentadas pelas autoridades dos PALOP as quais, por sua vez, são inscritas em Programas Quadro (Anexo C), avaliadas e aprovadas em reunião das Comissões Mistas Permanentes de Cooperação” (Junqueira & Pires, 2009, p. 16 e 17).

“Os projetos são caracterizados por objetivos, ações a desenvolver, duração, calendarização, custos, direção técnica (bilateral) e identificados quanto à execução em:

- Assessorias técnicas;
- Formação de pessoal (em Portugal e nos PALOP)
- Fornecimentos de material;
- Prestação de serviços” (Junqueira & Pires, 2009, p. 17).

Desde 1978 que surgiram os primeiros pedidos para por parte de alguns dos PALOP, mais concretamente Angola, para a existência de uma cooperação militar, mas só a partir de 1985 é que começaram a ser assinados protocolos, nomeadamente com Cabo Verde (1988), S. Tomé e Príncipe (1988) e Moçambique (1989).

Na década de 90 os protocolos melhorados e regulamentados, tendo existido um acréscimo significativo, mantendo-se essa cooperação até aos dias de hoje.

Para a sua concretização, através do estabelecimento de assessorias técnicas, Portugal tem, em média anual, cerca de 100 militares na CPLP, tendo vindo a ser privilegiada a formação nos PALOP, embora essa também decorra em Portugal.

(2) Cooperação Trilateral Portuguesa

No âmbito da cooperação trilateral em que Portugal está envolvido, a DGPDN, em sintonia com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, que havia apresentado em finais de 2005, a “Uma visão estratégica para a cooperação portuguesa”¹³, documento que deriva do “Programa do XVII Governo Constitucional”¹⁴, apresentou as “Grandes Linhas Orientadoras de uma Estratégia de Cooperação de Segurança e Defesa com África” e mais especificamente as “Orientações Estratégicas para a Cooperação Militar”¹⁵.

Neste documento, é explicitada a orientação para os PALOP estando plasmado que “a relação com os países africanos de expressão portuguesa constitui um dos pilares fundamentais da nossa política externa, juntamente com a integração europeia e a aliança atlântica”. Também é referida “a ligação a Timor-Leste, cuja independência constitui um dos grandes êxitos da diplomacia portuguesa” sendo caracterizada como profunda. É neste sentido que se criou o “Programa de Apoio às Missões de Paz em África” (PAMPA).

Este programa procurou dar sequência ao trabalho que a Cooperação Técnico-Militar vinha desenvolvendo, em matéria de Reforma do Sector da Segurança, e aproveitando a experiência que as Forças Armadas Portuguesas vêm acumulando, enquanto membro fundador da OTAN, Estado-membro da União Europeia (UE) e, essencialmente, participante ativo, desde 1991, em diversas Missões e Operações de Paz, na Europa, Médio Oriente, África e Oceânia.

O PAMPA dirige-se, prioritariamente, aos PALOP, mas pode estender-se a outros países africanos, na sequência das relações de cooperação que venham a estabelecer-se, e desenvolve-se em torno de quatro grandes Eixos de Ação¹⁶:

- “Capacitação institucional no âmbito da Segurança e Defesa, para o reforço das capacidades institucionais dos países africanos, através do apoio aos respetivos processos de reestruturação da Estrutura Superior da Defesa e das Forças Armadas.

Neste sentido, Portugal está recetivo ao desenvolvimento de ações de cooperação trilateral com países terceiros que estejam interessados em fazê-lo, em proveito de países

¹³ O documento do Ministério dos Negócios Estrangeiros, apelidado de “Uma visão estratégica para a cooperação Portuguesa”, foi aprovado através da Resolução de Conselho de Ministros nº 196/2005.

¹⁴ Capítulo V – Portugal na Europa e no Mundo – Defesa Nacional, refere a necessidade de se estabelecer “...laços de amizade com os PALOP, nomeadamente no quadro da CPLP, sem esquecer a dimensão de Defesa. [http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Governos/Governos_Constitucionais/GC17/Programa/].

¹⁵ Aprovado em Janeiro de 2006, pelo Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar.

¹⁶ IXª Reunião de CEMGFA's da CPLP.

africanos, especialmente em áreas de formação. Inserem-se nesta intenção a colocação de um oficial português no African Center for Strategic Studies (ACSS) e a continuação da participação no programa Renforcement des Capacites Africaines de Maintien de la Paix (RECOMP).

- Formação de militares dos Países Africanos; um eixo essencial e determinante, pois a valorização e capacitação do fator humano é tão relevante para as Forças Armadas como para as sociedades e para os espaços regionais onde se inserem, conferindo à Instituição Militar uma natureza estruturante do Estado.
- Cooperação com Organizações Regionais e Sub-Regionais africanas; Portugal reconhece e valoriza o esforço que instituições como a UA, a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e a CEDEAO, apenas para referir algumas, têm desenvolvido em prol da paz, segurança e desenvolvimento do continente africano.

Por isso, no âmbito deste Programa, irá procurar contribuir para a inserção regional dos PALOP e para o reforço da capacidade de intervenção destas organizações, mormente na área das Operações de Manutenção de Paz e Humanitárias.

- Mobilização da agenda africana nas políticas e estratégias das Organizações de Segurança e Defesa (em particular OTAN e UE), através do qual Portugal continuará a intervir ativamente, no seio da OTAN e da UE, no desenvolvimento de políticas e estratégias conducentes ao apoio à reforma do sector de segurança e à edificação de capacidades, nos países africanos, embora sem se perder de vista o que, no âmbito bilateral, se tem vindo a desenvolver¹⁷.

d. Síntese Conclusiva

Desde a sua formação que os Estatutos da CPLP, deixou em aberto a forma de relacionamento entre os diversos Estados-membros da organização, no entanto existiu sempre um incentivo para que as cooperações que surgissem fossem orientadas de uma forma conjunta.

No entanto as diversas conjunturas existentes nos continentes a que pertencem os Estados-membros da CPLP conjuntamente com os objetivos, as estratégias de política de defesa nacionais e fatores históricos levaram a que, a cooperação no domínio da defesa tivesse uma orientação mais bilateral do que em outros campos.

¹⁷IXª Reunião de CEMGFA`s da CPLP.

Orientados para uma melhoria das condições para se conseguir a manutenção da segurança e bem-estar dos Estados membros da CPLP, Portugal e o Brasil procuram estabelecer cooperações no domínio da defesa com os diversos países da organização.

Os exercícios da série Felino são neste momento a “cooperação” que existe no seio da CPLP, que engloba todos os Estados-membros da organização, provocando uma interação entre todos os países, o que poderá e deverá conduzir a uma redução de cooperações bilaterais, passando a existir mais num ambiente multilateral.

No entanto, no presente momento, podemos dizer que Portugal e o Brasil, por razões distintas estão mais empenhados em manterem as cooperações bilaterais com os outros países membros da organização, do que transformarem essa cooperação numa perspectiva conjunta.

No que diz respeito ao Brasil, podemos dizer que começou a descobrir novamente África numa perspetiva orientada para o Hemisfério sul, mais concretamente no que diz respeito ao Atlântico Sul, tentando desde então manter e aumentar as suas cooperações com os países do continente africano que têm as suas fronteiras com o mesmo.

No domínio da Defesa, o Brasil já assinou vários protocolos com diversos países do continente africano, nomeadamente com alguns pertencentes aos PALOP (Cabo Verde, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau).

Todos estes protocolos, com exceção do assinado com a Guiné-Bissau, estão orientados para o aspeto económico (através de doações e vendas de material) e para a existência de um desenvolvimento tecnológico no domínio da defesa, utilizando para isso, empresas especializadas, mesmo tendo estas um carácter civil.

O acordo assinado com a Guiné-Bissau, para o levantamento de uma cooperação Técnico-Militar tem sofrido alguns atrasos muito devido à instabilidade existente nesse país, no entanto é intenção do Brasil conseguir mantê-lo, de forma a auxiliar e ajudar na conquista da segurança e bem-estar desse país.

Relativamente à ação de Portugal no que diz respeito à cooperação no domínio da defesa dentro da CPLP, podemos dizer que deste os finais dos anos de 70 do século XX esta tem vindo a ser implementada num ambiente bilateral na área da cooperação Técnico-Militar, tendo vindo a crescer desde então.

Portugal não tendo muitas capacidades financeiras, tenta através da experiência adquirida tanto internamente, na organização das suas Forças Armadas, como exteriormente, através das organizações a que pertence, nomeadamente da UE e da OTAN; auxiliar na melhoria das condições dos PALOP na capacidade de manterem um ambiente



seguro nos respectivos países, no auxílio aos do continente africano e não só.

Podemos dizer que ambos os países pretendem aumentar a sua importância no continente africano, com pontos de vista diferentes, o Brasil mais no aspeto empresarial e por isso económico e tecnológico, enquanto Portugal, tenta fazer o mesmo de uma forma mais técnica e na base da prática. Esse aumento muito depende da CPLP, mais concretamente no auxiliar os PALOP a terem uma organização e uma estabilidade interna mais segura, de forma a conseguirem ter uma ação mais ativa no continente africano através das ORA, principalmente no que diz respeito à prevenção e gestão de conflitos.

Conclusões

A CPLP é uma organização que vai fazer 16 anos de existência oficial em 17 de julho de 2012, o que nos levou a uma reflexão sobre os seus princípios de origem e se os seus objetivos estão a ser cumpridos, nomeadamente no domínio da defesa, tentando compreender qual o papel que Portugal e o Brasil têm tido na organização, mais concretamente no que diz respeito aos PALOP.

Sempre com a ideia de conseguirmos obter uma resposta à nossa Questão de Partida (QP) - “Quais as linhas de ação na vertente da Defesa, adotadas pelo Brasil e por Portugal, para o continente Africano, no contexto da CPLP?”, desenvolvemos o nosso trabalho em 5 capítulos.

Inicialmente, transmitimos qual foi o propósito deste trabalho e como iríamos desenvolver a nossa investigação, para assim conseguirmos atingir o nosso objetivo final, o de respondermos à nossa QP, e para tal levantámos 3 Questões Derivadas (QD) para auxiliar na resposta à mesma, tendo para isso elaborado 3 Hipóteses (H) as quais tentámos confirmar ou não, ao longo dos restantes capítulos.

No 1º capítulo apresentámos o que é a CPLP e quais foram os princípios fundamentais para a sua fundação, transmitindo quais são os seus principais objetivos e organização para os atingir, e qual foi a evolução da componente de defesa existente na mesma.

No 2º capítulo tentámos verificar que relacionamento pode a CPLP ter com a Comunidade Internacional, nomeadamente com as ORA, e que influência pode ter na mesma, mais concretamente no domínio da defesa através da sua componente de Defesa (organização) e que ações estão ser efetuadas, por esta, relativamente à prevenção de conflitos no continente africano. Verificámos também qual perspectiva dos PALOP relativamente à importância que a CPLP tem para cada um deles.

Das sínteses conclusivas destes dois capítulos conseguimos extrair que:

O aperfeiçoamento e o aumento da cooperação entre os Estados membros da organização, orientados desde o seu início e formação no cumprimento dos objetivos previamente estabelecidos nos seus estatutos, têm sido uma constante nos 15 anos de existência da organização, nomeadamente no domínio da Defesa através da sua componente e, podemos verificar que o esforço está especialmente orientado para os PALOP, nomeadamente para que estes sejam capazes de resolver situações internas e mesmo no auxílio de situações idênticas nos países do continente africano, através das organizações a que pertencem, elevando assim a importância da CPLP a nível mundial.

Ficámos assim com a possibilidade de conseguir confirmar a Hipótese 1, em que - “A Estratégia da CPLP no âmbito da defesa contribui para que os PALOP consigam resolver os seus problemas internos e externos no âmbito da defesa do território” como resposta à questão derivada número um - “Estão os mecanismos de cooperação na área de defesa existentes na CPLP orientados para fazer frente a conflitos no continente africano?”.

No 3º capítulo apresentámos quais as estratégias que o Brasil e Portugal têm relativamente à CPLP para percebermos qual o grau de importância e empenhamento, que cada um transmite sobre a comunidade de que fazem parte e na qual já assinaram diversos protocolos, nomeadamente no domínio da defesa.

Podemos concluir que do ponto de vista estratégico, o Brasil e Portugal têm como um dos seus objetivos a manutenção das ligações que têm com os PALOP sempre numa perspectiva de cooperação e de um aumento da sua importância no continente africano, porém o interesse e o empenhamento de ambos, tiveram épocas e razões diferentes, estando neste momento, no nosso ponto de vista, a existir uma maior proximidade entre os dois países, pois ambos os países têm muito a beneficiar com a CPLP, seja individualmente ou mesmo coletivamente, sempre na perspectiva de atingirem os seus objetivos estratégicos e políticos.

Através deste capítulo conseguimos confirmar a Hipótese 2 – “A participação de Portugal e do Brasil no âmbito da Defesa na CPLP, permite intensificar a sua importância ao nível mundial e contribui para os objetivos definidos pela Política Externa para África” como resposta à questão derivada número dois – “Quais as estratégias do Brasil e de Portugal para África no âmbito de defesa na área de interesse da CPLP?”

No 4º capítulo apresentámos que tipo de cooperação o Brasil e Portugal têm com os PALOP no domínio da defesa, e quais são as suas intenções relativamente ao futuro nesse campo.

No que diz respeito ao Brasil, podemos dizer que começou a descobrir novamente África numa perspectiva orientada para o Hemisfério Sul, mais concretamente no que diz respeito ao Atlântico Sul, tentando desde então manter e aumentar as suas cooperações mais direcionadas com a evolução tecnológica, com os países do continente africano que têm as suas fronteiras com o mesmo.

Portugal não dispondo de muitas capacidades financeiras, tenta através da experiência adquirida tanto internamente, através das suas Forças Armadas, como exteriormente, através das organizações a que pertence, nomeadamente da UE e da OTAN; auxiliar na melhoria das condições dos PALOP na capacidade de manterem um ambiente

seguro nos respectivos países e no continente africano, num ambiente cada vez mais multilateral.

Após este capítulo ficámos com a capacidade de confirmar a Hipótese 3 – “Portugal e o Brasil têm vantagens em manterem e mesmo aumentarem a sua cooperação nos programas de defesa com os PALOP” como resposta à questão derivada número 3 - “Os programas de cooperação Portugal e do Brasil em África, na área de interesse da CPLP, no que diz respeito à Defesa, são proficientes?”.

Estamos então com condições para conseguirmos responder à nossa Questão de partida que foi o nosso desafio ao longo deste trabalho de investigação:

“Quais as principais linhas de ação estratégica na vertente da Defesa, adotadas pelo Brasil e por Portugal, para o continente Africano, no contexto da CPLP?”

O Brasil tem como linha de ação para com o continente africano, o aumento das cooperações com os países africanos, nomeadamente os PALOP, a nível económico e tecnológico na vertente da defesa, muito derivado à importância que estes têm para o Hemisfério Sul, mais concretamente no Atlântico Sul, para assim conseguir atingir os seus objetivos estratégicos e políticos, aumentando a sua relevância como potência mundial.

Portugal tem como linha de ação para o continente africano, o aumento das cooperações no domínio da experiência técnico-militar, com os PALOP, de forma a conseguir aumentar a capacidade destes para terem uma melhor organização e fazer face a possíveis conflitos internos e mesmo externos, tentando assim atingir os objetivos estratégicos e políticos do país, aumentando a sua importância no continente africano e a nível mundial no que diz respeito a questões de defesa e segurança.

Conseguimos então responder à nossa questão de partida, e daqui podemos depreender que Brasil e Portugal, muito devido às suas capacidades económicas e aos seus objetivos estratégicos, têm visões diferentes no que diz respeito à cooperação que devem manter com os PALOP e qual a importância da mesma. No entanto somos tentados a dizer que deveriam existir muito mais interligação entre os dois países, pois na nossa opinião seria mais fácil obterem os objetivos pretendidos quer individualmente como coletivamente, trabalhando em prol da CPLP, os quais foram os principais motores para a formação da mesma.

A CPLP tem objetivos bem definidos desde o seu “berço” e a sua organização está orientada para auxiliar os Estados-membros em todos os domínios, nomeadamente no da defesa de forma a conseguir obter um ambiente de segurança e bem-estar coletivo. Tem



cada vez mais importância a ação da CPLP neste domínio, principalmente no continente africano, muito devido à existência nesse de cinco membros da organização.

A ação do Brasil e de Portugal em África tem uma importância cada vez maior no seio da CPLP, bem como nas ORA e como consequência no SI. Para isso se manter e mesmo aumentar tem que existir um esforço dos dois países em cooperarem de uma forma convergente no apoio aos PALOP. Não basta assinar os protocolos, para depois não existir uma ação concreta e evolutiva em prol do conjunto e não estando permanentemente à espera de obter apenas proveitos individuais.

Bibliografia

Bernardino, L., 2007. *A Prevenção e Resolução de Conflitos em África. O papel da CPLP no âmbito das Organizações Regionais Africanas..* IESM: s.n.

Bernardino, L. & Leal, J., 2011. *A Arquitetura de Segurança e Defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa..* nº 6 ed. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional.

Bernardino, L. M. B., 2008. *Estratégias de Intervenção em África. Uma Década de Segurança na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa..* Lisboa: Prefácio.

Bispo, A. J., 1999. *A Segurança e a Defesa, Revista Estratégia.* Volume XI ed. Instituto Português Conjuntura Estratégica: s.n.

BRASIL, 2008. *Estratégia Nacional de Defesa: Paz e segurança para o Brasil.,* Brasília: Presidência da República, Casa Civil.

BRASIL, 2010. *Balanço de Política Externa 2003-2010.,* Brasília: Ministério das Relações Exteriores, Fundação Alexandre de Gusmão.

Cardoso, et al., 2004. *Portugal e a Comunidade de Países de Língua Portuguesa.* Pedrouços: s.n.

CEDN, 2003. *Conceito Estratégico de Defesa Nacional.* Lisboa: Diário da República - I Série B.

Coelin, S. A., s.d. *O Brasil na CPLP - Uma modalidade de cooperação Sul-Sul.* [Online] Available at: <http://www.dc.mre.gov.br/imagens-e-textos/CPLP-Port-3.pdf> [Acedido em 16 FEV 2012].

Conselho de Ministros, 2003. *Conceito Estratégico da Defesa Nacional (CEDN).* s.l.:Resolução do Conselho de Ministros nº 6/2003.

Cooperação portuguesa, 2005. *Uma visão estratégica para a cooperação portuguesa.* Lisboa: Resolução da Presidência de Conselho de Ministros n.º 196/2005 de 24 de Novembro.

Couto, A. C., 1988. *Elementos de Estratégia: Apontamentos para um Curso*. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.

CPLP, 1998. *Iª Reunião dos Ministros da Defesa*. Lisboa: CPLP.

CPLP, 1999. *IIª Reunião dos Ministros da Defesa*. Lisboa: CPLP.

CPLP, 2006. *Cooperação na CPLP - uma visão Estratégica de cooperação pós Bissau*, s.l.: Secretariado Executivo da CPLP.

CPLP, 2006. *Protocolo de Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa*. Praia: CPLP.

CPLP, 2006. *VIª Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP*. Bissau: Secretariado Executivo CPLP.

CPLP, 2010. *Estatutos da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa*. s.l.:CPLP.

CPLP, 2011. *Sobre a CPLP*. [Online] Available at: <http://www.cplp.org/id-45.aspx> [Acedido em 16 dezembro 2011].

CPLP, s.d. *Atas das Conferências de Chefes de Estado e de Governo*. [Online] Available at: http://www.caecplp.org/quem_somos/index.html [Acedido em 22 Dezembro 2011].

CPLP, s.d. *Atas das Reuniões da DGPDN*. [Online] Available at: http://www.caecplp.org/quem_somos/index.html [Acedido em 22 Dezembro 2011].

CPLP, s.d. *Atas das Reuniões de CEMGFA da CPLP*. [Online] Available at: http://www.caecplp.org/quem_somos/index.html [Acedido em 22 Dezembro 2011].

CPLP, s.d. *Atas das Reuniões de Ministros de Defesa da CPLP*. [Online] Available at: http://www.caecplp.org/quem_somos/index.html [Acedido em 22 Dezembro 2011].

DGPDN/MDN, 1999. *Portugal e a Defesa Nacional*. 1999b ed. Lisboa: MDN.

DGPDN, 2011a. Planeamento Estratégico de Defesa. *Newsletter - Direção-Geral de Política de Defesa Nacional*, Junho, Volume 13, p. 18.

Dias da Costa, J. R. d. S. B., 2011. *Cooperação Internacional de Segurança e Defesa: relacionamento bilateral versus multilateral.* Lisboa: IESM.

Ferreira, P. M., 2005. *O papel das organizações regionais na resolução de conflitos.* Lisboa: Janus.

Fonseca, L., 2006. *A CPLP só poderá resultar se os cidadãos se reconhecerem nela.* Minas Gerais: Nova Gazeta Lusófona.

Freire, M. R., Luís, V., Teixeira, N. S. & Pinto, A. S., 2011. *Política Externa: modelos, actores e dinâmicas.* Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Gala, I., s.d. *Os Pilares de atuação da CPLP e os interesses do Brasil.* [Online] Available at: www.dc.mre.gov.br/imagens-e-textos/CPLP-Port-3.pdf [Acedido em 16 FEV 2012].

Henriques, J. G., 2012. Quinze anos depois, CPLP reforçou diplomacia mas precisa de "descer à rua".. *Público*, 7 Fevereiro, Issue Cooperação Comunidade lusófona de oito Estados-membros inaugura nova sede., pp. 8-9.

IPAD, 2004. *O que é a APD?*. Lisboa: IPAD.

IPAD, 2010. *Cooperação Portuguesa: Uma leitura dos últimos quinze anos de cooperação para o desenvolvimento.* Lisboa: Oficinas Gráficas da Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Junqueira, J. P. R. & Pires, R. M. S., 2009. *O Exército nos trilhos da Cooperação.* EME: Prefácio.

LDN, 2009. *Lei de Defesa Nacional.* s.l.:Diário da República, I Série - n.º 129.

Leal, J. M. A. S., 2010. *Visão Prospectiva das Actividades Complementares das Forças Armadas no Âmbito da CPLP.* Pedrouços: IESM.

MDN, 2009. *Lei Orgânica do EMGFA (Decreto-Lei n.º 234/2009 de 15 de Setembro).* Lisboa: Diário da República.

MDN, 2010. *Diretiva Ministerial 2010-2013 (Despacho n.º7769/2010 Ministro da Defesa Nacional).* Lisboa: Diário da República.

MDN, 2010. *Diretiva Ministerial de Defesa 2010-2013*. 2ª Série nº 86 de 4 de Maio de 2010 ed. Lisboa: Diário da República.

MDN, 2011c. *Ministério da Defesa Nacional*. [Online] Available at: <http://www.mdn.gov.pt/mdn/pt/Defesa/politica/bilaterais/ctm/> [Acedido em 16 11 2011].

MDN, 2011d. *Plano Anual de Ação Externa no âmbito da Defesa para 2012*. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.

MDN, 2011e. *Plano de Acção Externa no âmbito da Defesa 2011 (2º S)*. Lisboa: MDN.

MDN, 2012. *Unidade de Ação Externa na Área da Defesa Nacional (Despacho n.º 2/2012 do Ministro da Defesa Nacional)*. Lisboa: Diário da República.

Migon, E. X. F., 2011. *África & Brasil: parceria para odesevolvimento..* Pedrouços: IESM.

Migon, E. X. F., 2011. *Estratégia Nacional de Defesa do Brasil: situação atual e avanços necessários à formulação do conceito estratégico nacional*. Lisboa: IESM.

Ministros, C. d., 1999. *A cooperação portuguesa no limiar do século XXI..* Lisboa: Resolução da Presidência de Conselho de Ministros nº 43/1999 de 29 de Abril. XIII Governo..

Ministros, C. d., 2005. *Uma visão estratégica para a cooperação portuguesa..* Lisboa: Resolução da Presidência de Conselho de Ministros nº 196/2005 de 24 de Novembro..

Ministros, P. d. C. d., 2011. *Programa do XIX Governo Constitucional*. Lisboa: Presidencia do Conselho de Ministros.

Miyamoto, S., 2009. *Revista Brasileira de Política Internacional.. O Brasil e a comunidade dos países de língua portuguesa (CPLP)..* 20 Agosto, pp. 22-42.

Moreira, A., 2002. *Teoria das relações Internacionais*. 4ª ed. Lisboa: Almedina.

Moreira, A., Oliveira, A., Barroso, D. & Silva, G., 1999. *Seminário. A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. 1ª ed. IAEM: Atena e IAEM.

MRE, 2005. *A Cooperação com os Países de Língua Portuguesa*. s.l.:Agência Brasileira de Cooperação.

MRE, 2010. *Secretaria de planeamento Diplomático*. [Online] Available at: <http://pt.scribd.com/doc/66868044/BALANCO-POLITICA-EXTERNA> [Acedido em 28 janeiro 2012].

OECD, 2007. *oecd.org*. [Online] Available at: <http://www.oecd.org/dataoecd/61/45/38368714.pdf> [Acedido em 11 Abril 2012].

Pereira, P. E. M., 1999. *Comunidade de Países de Língua Portuguesa: uma realidade geopolítica. Dissertação de Mestrado..* Lisboa: s.n.

PORTUGAL, G., 2005. *Programa do XVII Governo Constitucional*. [Online] Available at: <http://www.portugal.gov.pt/NR/rdonlyres/D027A999-3F94-434A-BA5A-F39908899661/0> [Acedido em 22 dezembro 2011].

Presidência da República, 2005. [Online] Available at: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm [Acedido em 12 FEV 2012].

Presidência da República, 2005. *Política de Defesa Nacional*. Brasília: Dereto Nº 5.484, de 30 de Junho de 2005.

Quivy, R. & Campenhoudt, L. V., 2008. *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: s.n.

Ramalho, J. L. P., 2011. *Exército Português. Uma visão - Um rumo - Um futuro*. Lisboa: Gabinete do chefe do Estado-Maior do Exército.

Ramalho, J. P., 1999. *Reflexões sobre a funcionalidade estratégica do espaço de lusofonia, num quadro de segurança para o Atlântico Sul..* Lisboa: s.n.

Ribeiro, H. M. L., 2008. *Dicionário de Termos e Citações de interesse Político e Estratégico. Contributo..* 1ª ed. Lisboa: Grávida.



Rousseff, D. V., 2011. *Mensagem ao Congresso Nacional*. Brasília, Presidência da República Brasileira.

Santos, L., 2000. *Reflexões sobre Estratégia*. Lisboa: Europa-América.

Serronha, M., 2010. Portugal e o novo Conceito Estratégico da NATO.. In: R. Internacionais, ed. *A NATO e a Cimeira de Lisboa..* Lisboa: s.n., pp. 55-64.



ANEXOS



Anexo A – Corpo de Conceitos

Conflito

“...consiste num afrontamento intencional entre dois seres ou grupos da mesma espécie que manifestam, um em relação ao outro, uma intenção hostil, em geral a propósito de um direito, e que para manterem, afirmarem ou restabelecerem esse direito procuram quebrar a resistência do outro, eventualmente pelo recurso à violência física, a qual pode tender, se necessário, ao aniquilamento físico” (J. Freund cit. por Couto, 1988, p. 100).

Cooperação

“Atuação de pessoas ou de organizações com interesses ou ideais comuns e que visam os mesmos objetivos” (Ribeiro, 2008, p. 61).

Cooperação Multilateral

Atividades desenvolvidas através de uma organização “dotada de carácter internacional tendo por membros países cujos governos estão representados, ao mais alto nível, por pessoas no desempenho oficial das suas funções” (IPAD, 2004, p. 4).

Cooperação Técnico-Militar

Definida pelo Ministério da Defesa Nacional, “consiste no conjunto de ações que se dirigem à organização, reestruturação e formação das Forças Armadas e respetivos militares. Estas ações decorrem de Acordos e de Programas-Quadro celebrados entre Portugal e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) (...)” (MDN, 2011c).

Defesa

“Conjunto de ações orientadas para aquisição e consolidação da segurança, implicando a existência de uma teoria da ação e de um aparelho com capacidades de materialização de ações específicas” (Bispo, 1999, p. 92).

Defesa Nacional (conceito adotado pelo Instituto de Defesa Nacional)

“É o conjunto de medidas, tanto de carácter militar como político, económico, social e cultural que, adequadamente coordenadas e integradas, e desenvolvidas global e sectorialmente, permitem reforçar a potencialidade da Nação e minimizar as suas vulnerabilidades, com vista a torná-la apta a enfrentar todos os tipos de ameaça que,

direta ou indiretamente, possam pôr em causa a Segurança Nacional” (Santos, 2000, p. 81).

Estratégia

É “a ciência e a arte de desenvolver e utilizar as forças morais e materiais de uma unidade política ou coligação, a fim de se atingirem objetivos políticos que suscitem, ou podem suscitar, a hostilidade de uma outra vontade política” (Couto, 1988, p. 209).

Política

“Constitui a atividade dos órgãos do Estado cujo objeto direto e imediato é a conservação da sociedade política e a definição e prossecução do interesse geral, segundo as circunstâncias aconselharem ou exigirem” (Prof. M. Caetano cit. por Couto, 1988, p. 215).

Política de Defesa Nacional

“Tem a finalidade de estabelecer as orientações para a geração, estruturação e emprego das capacidades nacionais, de acordo com os objetivos a que se propõe, envolvendo em si as componentes militar e não militar num plano alargado de interação de todos os sectores da vida nacional” (MDN, 2010, p. 23150).

Política Externa

“Conjunto de objetivos, estratégias e instrumentos que decisores dotados de autoridade escolhem e aplicam a entidades externas à sua jurisdição política, bem como os resultados não intencionais dessas mesmas ações” (Freire, et al., 2011, p. 18).

Relação Bilateral

“Realizada diretamente entre dois países, podendo ser de variada tipologia e natureza” (IPAD, 2004, p. 4).

Segurança

“É simultaneamente um estado e um processo. Um estado, de natureza psicológica e também objetiva, que se traduz em confiança, em capacidade de afirmação, em garantia de proteção e que proporciona um sentimento de não ser interferido, de descanso e tranquilidade” (Bispo, 1999, p. 48).

Segurança Nacional (Conceito adotado pelo Instituto de Defesa Nacional)

“É a condição da Nação que se traduz pela permanente garantia da sua sobrevivência em Paz e Liberdade, assegurando a soberania, independência e unidade, a integridade do território, a salvaguarda coletiva das pessoas e bens e dos valores espirituais, o desenvolvimento normal das funções do Estado, a liberdade de ação política dos órgãos de soberania e o pleno funcionamento das instituições democráticas” (Santos, 2000, p. 81)

State building

“International engagement will need to be concerted, sustained, and focused on building the relationship between state and society, through engagement in two main areas. Firstly, supporting the legitimacy and accountability of states by addressing issues of democratic governance, human rights, civil society engagement and peace building. Secondly, strengthening the capability of states to fulfill their core functions is essential in order to reduce poverty. Priority functions include: ensuring security and justice; mobilizing revenue; establishing an enabling environment for basic service delivery, strong economic performance and employment generation” (OECD, 2007, p. 2).



Anexo B – Programas Quadro da Cooperação Técnico - Militar com os PALOP (em suporte informático)